

ESTADO DA PARAÍBA
DADOS SÔBRE ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL
NO SETOR DO ENSINO

1.	Norma da Constituição do Brasil de 1967	pg. 1
2.	Ensino primário na Paraíba	pg. 1
2.1	Dados estatísticos - 1964 (Censo Escolar)	pg. 1
2.2	Recursos do Plano Nacional de Educação para 1965 e 1967 (distribuídos pelo DNE)	pg. 1
2.3	Recursos do salário-educação	pg. 2
2.4	Assistência técnica do INEP	pg. 2
2.5	Assistência técnica do DNE	pg. 4
2.6	Analfabetismo (índice de analfabetos no Nordeste)	pg. 5
3.	Ensino Médio	pg. 5
3.1	Dados estatísticos	pg. 5
3.2	Recursos do Plano Nacional de Educação em 1966 e 1967	pg. 7
3.3	Assistência técnica da Diretoria do Ensino Secundário	pg. 7
3.4	Assistência das Diretorias de Ensino Comercial, Industrial, Divisão de Educação Física e DNE	pg. 9
4.	Ensino Superior	pg.10
4.1	Dados estatísticos de 1965	
4.2	Recursos do Plano Nacional de Educação para o Ensino Superior	pg.10
4.3	Recursos da CEEF	pg.10

ESTADO DA PARAÍBA

dados sobre atuação do Governo Federal

no setor do ensino

1. Norma da Constituição do Brasil de 1967

De acôrdo com a organização jurídica em vigor, a atuação do Governo Federal no setor do ensino terá caráter supletivo; isto é, com exclusão dos territórios, a iniciativa do sistema federal será condicionada pelas deficiências locais (art. 169).

Assim, a União prestará assistência técnica e financeira ao desenvolvimento dos sistemas estaduais, (§ 1º do art. 169), o que vem acontecendo há vários anos.

2. Ensino primário na Paraíba

2.1 Dados estatísticos - 1964 (Censo Escolar)

Matrícula global:	188.162	Fora da Escola:	128.230
Zona urbana:	106.439	Zona urbana:	30.673
Zona rural:	81.723	Zona rural:	47.537

Professôres: normalistas - não normaistas - não regentes de classe

1.330	1º ciclo: 551	401
	2º ciclo: 549	
	primário: 3.588	

Total de professôres: 6.419, sendo 3.588 leigos.

2.2 Recursos do Plano Nacional de Educação para 1965 e 1967 (distribuídos pelo DNE).

De um total de Cr\$ 580.000.000, foi remetida ao govêrno local a 1ª parcela no valor de Cr\$ 232.000.000, pelo aviso nº 2.993. Resta o pagamento da 2ª parcela (232 milhões) e 3ª parcela (116 milhões). Para 1967, os recursos elevam-se a Cr\$ 2.422.380.000 distribuídos em 3 parcelas: a 1ª de Cr\$ 1.211.190.000; a 2ª de Cr\$ 605.595.000; a 3ª de Cr\$ 605.595.000.

2.3 Recursos do salário-educação

Os recursos do salário-educação relativos a 1966 no total de ... Cr\$ 1.026.200.000 foram integralmente pagos ao governo paraibano.

2.4 Assistência técnica do INEP

Essa assistência desenvolve-se em dois segmentos: o técnico e o financeiro.

A assistência técnica vem sendo prestada sobretudo pelo INEP através de sua Coordenação de Cursos, que se realizam desde a administração Murilo Braga (1947 a 1951). Esses cursos vinham sendo efetuados no Rio de Janeiro para as professoras bolsistas indicadas pelas Secretarias de Educação, abrangendo estágios de aperfeiçoamento nas seguintes matérias: metodologia da leitura, da escrita, do cálculo, dos estudos sociais, de iniciação a ciência, de artes industriais, além de elementos de psicologia educacional, administração escolar, recreação, jardim de infância etc...

Durante a administração Anísio Teixeira começou a descentralização dos cursos, realizando-se nos Centros de Pesquisa mais próximos aos Estados e também no Rio.

A partir da administração Carlos Pasquale (1964), sendo criados na Paraíba os Centros de Treinamento do Magistério de Sousa, Alagoa Grande e Sapé, passaram a realizar-se nessas localidades os cursos de Formação do Professor Primário de Emergência (Sousa e Alagoa Grande) e de Formação de Professor Supervisor (Sapé), com a participação de bolsistas de Estados do Nordeste.

Para sua consecução houve um Acôrdio básico firmado entre o Governo Federal e as Organizações participantes do Programa Ampliado de Assistência Técnica em 29/12/1964 e posteriormente um Convênio Básico, celebrado entre o Governo Federal e o FISFI a 28/3/1966.

INEP + UNESCO + FISFI promoveram o primeiro plano de operações para um projeto de educação primária e normal, dele resultando os centros de treinamento a formação acima aludidos.

Na reunião de Brasília, foi assinado a 13/1/67 acôrdio de adesão ao Segundo Plano Mestre de Operações para um Projeto de Educação Primária e Normal pelo MEC - Governo da Paraíba (SEC) UNESCO e FISFI, com execução planejada para um triênio (67-69).

O Curso de Formação de Professor Supervisor efetuado em Sapé contou em 1965 com 71 bolsistas dos Estados da Paraíba (54), do Rio G. do Norte (4), de Alagoas (3) e Sergipe (10). O orçamento ele-

vou-se a Cr\$ 81.563.000. A duração foi de 8 meses, dêles participando professores titulados.

O mesmo curso realizado em 1966 recebeu 70 bolsistas, também oriundos daqueles estados; foi orçado em Cr\$ 70.398.400.

Eis o programa do curso:

estudos básicos: fundamentos da educação, elementos de psicologia educacional, relações humanas, administração e legislação escolar, educação sanitária.

teoria e prática

da escola elementar: estudo da linguagem, aritmética, estudos sociais e ciências (conteúdo metodológico, demonstrações, estudo dirigido e confecção de materiais.

prática de supervisão: orientação didática a professores titulados e não titulados, aplicando conhecimentos.

trabalho de comunidade: entrosamento com pessoas e instituições que possam colaborar para a melhoria da escola e da área da supervisão.

outros setores: recreação e arte infantil, artes industriais, canto e recursos audiovisuais.

O Curso de Formação de Professor Primário de Emergência efetuou-se no Centro de Treinamento de Alagoa Grande em 1966, para professores leigos, com instrução a partir do 3º ano primário. Participaram 255 bolsistas, todos da Paraíba. O curso teve a duração de 9 meses e foi orçado em Cr\$ 35.663.700.

Eis o programa do curso:

1ª etapa: - conteúdo e orientação metodológica do programa da 1ª série primária;

2ª etapa: - conteúdo e orientação metodológica da 2ª e 3ª série primária.

3ª etapa: - conteúdo e orientação metodológica da 4ª série primária.

matérias: - noções de psicologia educacional, administração escolar, nutrição, economia doméstica, atividades rurais, recreação, organização de clubes, bibliotecas, círculos de pais e mestres, caixa escolar e merenda escolar.

Ao concluir cada etapa, os professores retornam à prática de ensino na série correspondente à etapa vencida.

Professôres paraibanos também participaram dos cursos de supervisores efetuados no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, a partir de 1963, acompanhando a experiência da Escola Guatemala. Ao todo foram 18 de 1963 a 66.

Nos termos do Plano Mestre antes referido, estão previstas para 1967 525 bôlsas assim distribuídas: 510 para professôres leigos (Centros de Alagoa Grande e Sousa); 10 para reciclagem de professôres e diretores de escolas normais, em âmbito federal; 5 para professôres de escolas de mestre único.

Para 1968, o programa abrange 340 bolsistas, assim distribuídos: 210 para treinamento de professôres; 70 para capacitação de normalistas de 1º ciclo; 60 para reciclagem de professôres e diretores de escolas normais em âmbito estadual.

O programa de 1969 prevê 420 bôlsas: 240 para treinamento de professôres; 10 para reciclagem de professôres e diretores de escolas normais em âmbito federal; 90 para a mesma reciclagem em âmbito estadual e 80 para capacitação de normalistas de 1º ciclo.

Ao todo, 1.285 bôlsas no triênio 67-69.

Quanto ao segmento financeiro, além da assistência recebida desses organismos internacionais (FISI, UNESCO) e os recursos da USAID, o Estado vem recebendo a cota que lhe é destinada no Plano Nacional de Educação pelo Fundo do Ens. Primário, bem como os do Salário-Educação.

Parte substancial desses recursos do Fundo destina-se a construção, restauração e equipamento de escolas, tendo sido recomendado pela II Conf. Nac. de Educação a criação de "Grupos de Desenvolvimento" locais para orientar a realização de novos planos.

2.5 Assistência técnica do DNE

Paralelamente à ação do INEP, o Departamento Nacional de Educação vem promovendo na Paraíba cursos de treinamento de professôres leigos, havendo realizado cursos de férias de janeiro a fevereiro nas cidades de Guarabira, João Pessoa, Campina Grande e Sousa, abrangendo 650 professôres leigos, distribuídos em grupos de 1ª e 3ª etapa, em função das séries que irão lecionar. Esse programa foi orçado em 77 milhões de cruzeiros antigos.

Esses professôres cumprirão uma 2ª etapa em julho próximo, com orçamento a programar.

Estão previstos pelo DNE dois encontros estaduais de professôres

para avaliação dêsse trabalho, sendo o 1º em março corrente e o 2º em novembro.

Os supervisores preparados pelo INEP vão acompanhar êsses professores leigos (um supervisor para 10 profs. leigos), cabendo ao DNE destinar-lhe auxílio de manutenção (Cr\$ 45.000 e mais Cr\$ 15.000 para os que se deslocam de sua sede).

Em seu programa de distribuição de Bibliotecas, o DNE anuncia a distribuição de 183 bibliotecas às escolas primárias da Paraíba, desde que prestadas as informações solicitadas no OF. Circular nº5 do DNE. (1967)

Aos professores que participam de seus cursos, o DNE vem distribuindo o material de consumo e de consulta.

2.6 Analfabetismo (índice de analfabetos no Nordeste):

60% entre pessoas presentes de 10 anos e mais.

Pessoas presentes: 10.628.579 (de 10 anos e mais)

Não sabem ^{ler e} escrever: 6.441.374

O I.B.G.E. ainda não divulgou a apuração por Estado.

Quanto à Alfabetização de Adultos, a tarefa é agora da exclusiva alçada dos Estados ao elaborarem seus planos de educação. O DNE envia a cada Estado os recursos globais previstos no Plano Nacional de Educação para o Ensino primário, prestando assessoria técnica sobre alfabetização, quando solicitado.

3. Ensino médio

3.1 Dados estatísticos

estatística do ens. secundário relativa a 1965:

MATRÍCULA				CURSOS			
Total - Gin. - Col.				Total - Gin. - Col.			
14.330	12.563	1.767		64	52	12	
Fed.	Est.	Mun.	Part.	Fed.	Est.	Mun.	Part.
139	3.362	984	7.845	1	12	2	37 (ginásios)
				-	5	2	7 (colégios)

estatística do ens. comercial relativa a 1965:

MATRÍCULA				CURSOS			
Total	Gin.	Col.		Total	Gin.	Col.	
8.576	7.175	1.401		61	44	17	
Fed.	Est.	Mun.	Part.	Fed.	Est.	Mun.	Part.
-	-	1.270	7.306	-	-	3	41 (ginásios)
				-	-	2	15 (colégios)

estatística do ens. industrial relativa a 1965:

MATRÍCULA				CURSOS			
Total	Gin.	Col.		Total	Gin.	Col.	
281	249	32		3	2	1	
Fed.	Est.	Mun.	Part.	Fed.	Est.	Mun.	Part.
250	-	-	31	1	-	-	1 (ginásios)
				1	-	-	- (colégios)

estatística do ens. agrícola relativa a 1965:

MATRÍCULA				CURSOS			
Total	Gin.	Col.		Total	Gin.	Col.	
547	314	233		4	2	2	
Fed.	Est.	Mun.	Part.	Fed.	Est.	Mun.	Part.
547	-	-	-	2	-	-	- (ginásios)
				2	-	-	- (colégios)

estatística do ens. normal relativa a 1965:

MATRÍCULA				CURSOS			
Total	Gin.	Col.		Total	Gin.	Col.	
2.072	995	1.117		21	8	13	
Fed.	Est.	Mun.	Part.	Fed.	Est.	Mun.	Part.
-	487	-	1.585	-	-	-	8 (ginásios)
				-	2	-	11 (colégios)

3.2 Recursos do Plano Nacional de Educação em 1966 e 1967

Recursos distribuídos pelo DNE em 1966 para o ens. médio:

Total: Cr\$ 388.000.000
 1ª parcela: Cr\$ 155.200.000 (expedida pelo aviso 2994 em 10/11/66)
 2ª parcela: Cr\$ 155.200.000 (a enviar)
 3ª parcela: Cr\$ 77.600.000 (a enviar)

Recursos do PNE para o ens. médio em 1967:

Total: Cr\$ 1.470.538.000
 1ª parcela: Cr\$ 735.269.000 (a enviar)
 2ª parcela: Cr\$ 367.634.000 (a enviar)
 3ª parcela: Cr\$ 367.635.000 (a enviar)

3.3 Assistência técnica da Diretoria do Ensino Secundário

Também nesse nível, a assistência da União abrange os dois aspectos: técnico e financeiro.

Com relação à assistência técnica, as iniciativas de maior significação vêm a ser mesmo os Ginásios para o Trabalho e os Centros de Ciências.

Quanto aos Ginásios para o Trabalho, o programa na Paraíba terá início este ano com o atendimento pela Dir. do Ens. Secundário de solicitação da Secretaria, além de mais 2 já programados.

Nesses próximos dias irá um técnico da Diretoria a fim de examinar as conveniências em cada caso de instalação seja de ginásio industrial, agrícola, comercial ou de economia doméstica, tendo o equipamento das respectivas oficinas.

Para cada sala de técnicas industriais o programa concede a verba de Cr\$ 10.000.000; para a de téc. comerciais Cr\$ 14.000.000; a de tec. agrícolas Cr\$ 8.000.000 Cr\$ 8.000.000 a de educação doméstica.

Os professores são habilitados em cursos programados pela Diretoria.

Os Ginásios serão 2 em João Pessoa e 1 em cada uma dessas cidades: Campina Grande, S.Rita, Guarabira, Sapé, Bananeiras, Catolé do Rocha, Patos, Sousa, Cajazeiras, Areias. Mais 2 já estavam programados antes da solicitação; o da Esc. Industrial Federal de João Pessoa e o de Cabedelo,

Em todo o País, o MEC já instalou 241 ginásios industriais, formando 669 professores; 32 agrícolas com 291 professores; 17 comerciais com 114 professores e 24 domésticos com 170 professoras.

Os recursos para 1967 estão orçados em 5 bilhões de cruzeiros antigos.

Centros de Ciências. Foram criados 6, localizados nas capitais dos Estados de Pernambuco (atendendo ao Nordeste e Norte) da Bahia (Sergipe e Bahia); Minas (inclusive Goiás); Guanabara (E.S. e Estado do Rio) e S.Paulo (os Estados de Mato Grosso e Paraná) e Rio G. do Sul (com S.Catarina).

Em cada Estado instala-se um núcleo. O da Paraíba é coordenado pelo prof. Carlos Ovídio Mendonça, do Colégio Universitário da U.F.P. onde funciona o núcleo.

As atividades de cada Centro constam de Cursos de Treinamento de Aperfeiçoamento de professores do ens. secundário, estágios para professores e alunos da 3ª e 4ª séries de faculdades de filosofia, instalação de classes-piloto, seminários e conferências, jornadas científicas, feira de ciências, difusão científica (boletim, radio, jornal, publicações), fabricação e fornecimento de material, projetos especiais e assessoramento aos núcleos.

A ajuda federal ao núcleo da Paraíba em 66 foi de Cr\$ 10.000.000, não incluído o auxílio da SUDENE. Para 67 é previsto o mesmo auxílio.

O Núcleo de João Pessoa, com assistência do Cecine (Centro do Nordeste) promoveu jornadas científicas pelo interior paraibano nos meses de novembro e dezembro de 66. Em janeiro e fevereiro último realizaram-se cursos de aperfeiçoamento de professores em João Pessoa e Campina Grande.

O programa até fins de 66 havia realizado 3.828 cursos em todo o País.

Caberia ainda referência aos programas de aperfeiçoamento de professores promovidos pelas Campanhas da Diretoria do Ens. Comercial e Industrial. Não nos foi possível obter os dados. Ao que parece a tendência seria sua absorção pelo programa dos ginásios para o trabalho.

Lembramos ainda o programa de bôlsas-de-estudo para os operários e filhos de operários sindicalizados, a cargo do Ministério do Trabalho. Para 67 havia 70.000 bôlsas. As inscrições terminaram a 25 de fevereiro, nos próprios sindicatos.

Também o Instituto Nacional de Cinema Educativo (Praça da República, 141-A) vem distribuindo a ginásios e colégios séries completas de diafilmes para as diversas matérias do currículo.

Além do trabalho desenvolvido pelos ginásios para o trabalho e centros de ciências, dois outros programas estão sendo cumpridos: o do SETRE (Setor Experimental de TV e Rádio para a Educação) e os cursos para exame de suficiência.

O SETRE está sob a coordenação da profa. Nébia, limitando-se suas atividades à realização do art. 99 pelo rádio, que se promove agora pela 2ª vez, com recursos a serem enviados e ainda presos devido a irregularidade na prestação de contas anterior, no valor de Cr\$ 20 milhões. No plano de 67 prevê-se experiência de recepção organizada, isto é, o grupo de inscritos orientados por um monitor.

Embora esteja anunciada a instalação em Recife de uma estação de TV Educativa, o programa não inclui qualquer atividade neste setor na Paraíba, dado o elevado custo dos receptores.

Com relação aos exames de suficiência, os cursos realizam-se normalmente na Fac. Federal de Filosofia e Inspeção Seccional de João Pessoa. Na Inspeção efetuam-se cursos de 1 mês, em janeiro, seguidos do exame na Faculdade. Os da Faculdade têm a duração de seis meses, após 15 de março. As últimas despesas foram orçadas em Cr\$ 136.600.000. (Milton Paiva, diretor da Faculdade, é o coordenador).

3.4 Assistência das Diretorias de Ensino Comercial, Industrial, Divisão de Educação Física e DNE.

Ens. Médio Comercial - Dir. do MEC:

Não se acha previsto nenhum curso de aperfeiçoamento de professores nesse ramo para o Estado da Paraíba.

Ens. Médio Industrial - Dir. do MEC

Idem. A Esc. Ind. Federal vai integrar a rede de ginásios para o Trabalho.

Divisão de Educação Física do MEC:

A Divisão promove Cursos de Preparação aos Exames de Suficiência em Educação Física nos Estados, embora no momento não esteja programado nenhum para o Estado.

A Divisão concede assistência financeira para o equipamento de Centros de Educação Física, de preferência a estabelecimentos públicos.

Departamento Nacional de Educação:

O DNE programou a doação de 25 bibliotecas às escolas secundárias e normais do Estado, havendo possibilidade de outras para o ensino comercial e industrial.

4. Ensino superior

4.1 Dados estatísticos de 1965

Matrícula no início do ano:

Total	-	No ens. público	-	No ens. part.
2.110		Fed. 1.881		202
		Est. 27		

Cursos:

Total	-	No ens. público	-	No ens. part.
27		Fed. 19		7
		Est. 1		

Administração e economia	- 5 cursos	-	479	alunos
Agricultura	- 1 "	-	158	"
Artístico	- 1 "	-	27	"
Direito	- 1 "	-	206	"
Enfermagem	- 2 "	-	52	"
Engenharia	- 3 "	-	324	"
Farmácia	- 1 "	-	56	"
Filosofia, Ciênc. Letras	- 8 "	-	316	"
Jornalismo	- 1 "	-	10	"
Medicina	- 1 "	-	241	"
Odontologia	- 1 "	-	130	"
Serv. Social	- 2 "	-	111	"

4.2 Recursos do Plano Nacional de Educação para o Ensino Superior

Recursos orçamentários para 1967. De acordo com o Orçamento-Programa do Ministério do Planejamento estão previstos para a Universidade da Paraíba em 1967 Cr\$ 8.137.483.000 assim distribuídos:

Cr\$ 1.955.250.000 em projetos e

Cr\$ 6.182.233.000 em atividades

(Lei 5.189 de 8/12/66 - Supl. nº 236 do D.O. de 15/12/66)

O Plano Nacional de Educação para o ensino superior acha-se ainda em elaboração na respectiva Diretoria.

4.3 Recursos da CEEF (Comissão de Especialistas do Ensino nas Fac. de Filosofia), ex-CADIFF para a Fac. Federal de João Pessoa em 1967:

Total: Cr\$ 4.200.000, assim distribuídos:

Cr\$ 2.700.000 para equipamento do curso de Geografia

Cr\$ 1.500.000 para a Biblioteca

O pagamento seria efetuado até 15 de março corrente.

I - INTRODUÇÃO

II - ENSINO SUPERIOR:

- 1) Expansão
- 2) Criação e reconhecimento de Escolas
- 3) Colaboração com as instituições particulares do Ensino Superior
- 4) Universidade

III - ENSINO SECUNDÁRIO:

- 1) Colégios Estaduais
- 2) Auxílios a estabelecimentos de ensino do nível médio
- 3) Curso para professores
- 4) Campanha do Ensino Secundário
- 5) Novos Ginásios
- 6) Bolsas de estudo
- 7) Doação de prédios

IV - ENSINO NORMAL:

- 1) Instituto de Educação
- 2) Estruturação do ensino normal
- 3) Tríduo Pedagógico
- 4) Novo prédio do Instituto de Educação
- 5) Efetivação do corpo docente
- 6) Os orçamentos
- 7) Auxílios a Escolas Normais
- 8) Outros auxílios

V - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE:

- 1) Casa do Estudante
- 2) Auxílios diversos
- 3) Ginásios Noturnos

VI - ENSINO PRIMÁRIO:

- 1) Providências iniciais

2) Material didático

3) Medidas adotadas: a - com relação aos prédios escolares.

I - Convênios com o INEP

II - Construção de prédios escolares.

b - com relação aos preenchimento de vagas.

c - mobiliário e equipamento escolar.

4) Providências em favor do professorado

5) Providências em favor do inspetor

6) Reformas e aperfeiçoamento do ensino. Novos órgãos criados:

Divisão de Orientação e Pesquisas Educacionais

Escola Modelo

Delegacias Regionais

Orientação Educacional

Ensino Rural

Cinema Educativo

Serviço Social Escolar

Merenda Escolar

Instituto dos Cegos

Instituto de Neuro-Psiquiatria Infantil

Educação Cívica

Educação Física

Estádio de João Pessoa

Conselho de Educação

VII - CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

VIII - EDUCAÇÃO ARTÍSTICA:

1) Divisão de Educação Artística

2) Professores de Canto Orfeônico

3) Orquestra Sinfônica

4) Temporadas e espetáculos artísticos e exposições.

IX - TEATRO E RÁDIO:

- 1) Teatro Santa Rosa
- 2) Rádio Tabajara:
 - a) Divisão Técnica
 - b) Divisão Artística
 - c) Divisão Comercial
 - d) Reforma de prédio

X - ATIVIDADES CULTURAIS:

- 1) Prêmio literário
- + 2) Instituições do ⁵⁰ Mês de Arte e Cultura
- 3) Cultura Francêsa
- 4) Divisão de Documentação e Cultura
- 5) Conferências e pesquisas
- 6) Professores contratados
- 7) Movimento editorialista
- 8) Congressos
- 9) Comemorações
- 10) Visitantes ilustres

XI - OUTRAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS:

- 1) Biblioteca Pública
- 2) Museu do Estado
- 3) Jardim Botânico

XII - AUXÍLIOS DIVERSOS



João Pessoa, Pb.

EDUCAÇÃO E CULTURA

I-INTRODUÇÃO

Os problemas de educação e cultura foram distinguidos, de forma excepcional, em meu governo. Não só porque se evidenciava a necessidade de que a Paraíba, saindo do marasmo, tivesse uma vida nova, à altura de suas possibilidades espirituais, como também por um dever de fidelidade às minhas convicções de homem público.

O Governo verdadeiramente democrático é que mais prestigia a inteligência, tornando a cultura acessível a todos, e, destarte, favorecendo a iniciativa pessoal e a conquista dos bens que constituem o patrimônio social. Em vez de concentrar na órbita do Estado todas as tarefas, relacionadas com o bem comum, e de atribuir-lhe a exclusividade da missão de dirigi-las e executá-las, a democracia dá a todos os instrumentos de ação direta e pessoal, desenvolvendo as suas capacidades e poder de iniciativa.

Daí procede a inspiração para a obra realizada nos setores da educação e da cultura.

Foi mais uma obra de criação que de reforma. O ensino parecia posto à margem, esterilizando-se na rotina, e sofrendo a falta de impulsos eficazes que lhe dessem vitalidade e o atualizassem. Era como se tivesse adormecido a consciência da sua importância, e da necessidade de articulá-lo a novas diretrizes. Em que pese sempre terem existido educadores idealistas, a ausência de uma política educacional arejada e interessada na sorte dos professores, arrefecia-lhe o ânimo, e isto era tão grave quanto a decadência dos níveis técnicos.

Procuramos suscitar outra mentalidade, fazendo sentir o interesse do Governo por essa classe de servidores e consagrando atenção especial à renovação dos métodos educacionais.

Tínhamos de empreender a reforma pela base, que é o ensino primário. Preliminarmente, foram elevados os padrões de vencimentos dos professores. No que respeita à estrutura do ensino, foram organizados novos e imprescindíveis serviços, confiados à direção de equipes formadas para este fim. 84 professoras, selecionadas pela Secretaria de Educação, tiveram oportunidade de realizar estágios nos mais adiantados centros educacionais do país, sendo depois aproveitadas nos vários setores do ensino.

Evitando-se a ação fragmentária, dirigida para setores isolados, ou a preocupação, apenas, com detalhes, procurou-se dar a esse trabalho um caráter orgânico e sistemático; o mesmo ocorrendo com as outras esferas do ensino.

Com relação ao ensino normal, conseguiu o Governo verbas federais para a construção de novo prédio, onde venha a instalar-se condignamente, o Instituto de Educação, já estando os trabalhos em andamento. Elaborou-se a sua lei orgânica, e se constituiu o quadro de professores.

No que respeita ao ensino secundário, a assistência do Governo se manifestou em todos os sentidos, construindo o Colégio Estadual de Campina Grande, que encontrara apenas iniciado; realizando grandes reparos no de João Pessoa, que foi, também, reequipado. Foram ampliados os quadros do magistério; instaurado novo regime escolar, através da reforma dos seus regimentos e de outras leis complementares. Sem falar nos substanciais auxílios financeiros concedidos a estabelecimentos particulares, para instalação ou manutenção; e na Campanha do Ensino Secundário, instituída em fins do ano passado, e cujos objetivos serão, adiante, discriminados.

No plano do ensino superior, é que teve o Governo de rea

lizar uma obra verdadeiramente criadora. Dominado pela fé em nossas possibilidades culturais, desde cêdo mobilizou todos os esforços visando a criação de Escolas Superiores; ao mesmo tempo encorajando e amparando as iniciativas particulares. Viu-se, então, o surpreendente desenvolvimento de nossas instituições de ensino superior.

Rapidamente ascendemos de uma organização escolar, que paralizara no ensino secundário, para o nível superior, culminando êste esforço com a instalação da Universidade da Paraíba. Nunca se pretendeu, porém, agir com açodamento, apenas visando compôr as aparências; ao envez disto, procurou-se imprimir a todas essas realizações a seriedade e eficiência que elas exigiam. As instalações das Escolas, apesar de modestas, possuem o essencial ao seu funcionamento; contando os seus corpos docentes com a colaboração de abalizados mestres estrangeiros e de outros centros educacionais do país.

Mas a ação do Governo estaria incompleta, sem o amparo ao estudante. As Casas do Estudante de João Pessoa e Campina Grande; as bolsas de estudos; os inúmeros auxílios financeiros concedidos as organizações estudantis ou aos próprios estudantes, individualmente, e que se elevam, no quinquênio, à soma de \$ 2.220.991,00; e outras iniciativas, - testemunham uma assistência que não descontinhou um só dia, em toda a minha administração.

Ver-se-á, por outro lado, ao longo dêste relatório, o que foi feito, no atual Governo, em favor de cultura da Paraíba. O desenvolvimento da cultura artística, inclusive pela criação de entidades destinadas a promover a sua expansão e aperfeiçoamento; a distribuição de prêmios literários, a reforma do Teatro a concessão de recursos financeiros para a publicação de livros de autores paraibanos, os auxílios a instituições culturais; as facilidades / proporcionadas pelo Estado, objetivando a vinda à Paraíba de gran-

des companhias artísticas ou de destacadas figuras no cenário das letras e das artes; a criação do Museu do Estado; as grandes reformas e reequipamento da Rádio Tabajara, a instituição do "Mês de Arte e Cultura", que tem por escôpo projetar as nossas realizações artísticas e culturais e promover o intercâmbio da Paraíba / com outros centros de cultura; a realização de Congressos, etc . são iniciativas que documentam um perserverante esforço no sentido do nosso alevantamento espiritual.

II) - ENSINO SUPERIOR

1) - Expansão do ensino superior

Encontrei, no Estado, apenas duas Escolas Superiores, a de Agronomia de Areia, a qual se deve a uma iniciativa minha quando Ministro da Viação em 1906, e a Faculdade de Ciências Econômicas. Deixo, ao sair do Governo, 18 Escolas Superiores, 8 das quais fazendo parte da Universidade, instalada a 12 de Dezembro do ano próximo findo.

Dessas Instituições, três foram criadas pelo Governo. As outras, que se devem à iniciativa privada, só se tornaram possíveis pelo estímulo de condições excepcionalmente favoráveis suscitados pelo Governo, que também lhes prodigalizou todos os auxílios de que necessitaram. Sem falar das démarches promovidas, junto aos órgãos federais do ensino superior, para remover óbices de toda espécie; e junto ao Ministério das Relações Exteriores, a fim de obter a colaboração de ilustres professores estrangeiros, para as Faculdades de Medicina e Filosofia.

2) - Criação e reconhecimento das Escolas

A Faculdade de Odontologia foi criada pela Lei nº 646 (5.12.1 951), tendo sido reconhecida pelo Governo Federal pelo Decreto nº 38 148 (25.10.1 955). A Faculdade de Filosofia foi criada pelo Decreto Estadual nº 146, de 5.3.1 949, organizada pela Lei Estadual nº 341, de 1.9.1 949 e reconhecida pelo Governo Federal pelo Decreto nº 38 146, de 25.10.1 955. A Faculdade de Medicina da Paraíba (reconhecida pela Lei Estadual nº 646, de 5.12.1 951). A

Escola Politécnica da Paraíba (criada pela lei Estadual nº 792, de 6.10.1 952. Escola de Enfermagem da Paraíba (criada pela Lei Estadual nº 1 064, de 10.7.1 954. Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba (reconhecida pelo Decreto Federal nº 30 236, de 4.12.1951)

3) Colaboração com instituições particulares de ensino superior

a) - FACULDADE DE DIREITO

O Govêrno anterior doara o prédio do Grupo Escolar "Antonio Pessoa", para séde da Faculdade de Direito, transferindo aquele estabelecimento para outro prédio do Estado, existente na rua Maciel Pinheiro. Essa doação apresentou dois inconvenientes: não resolveu o problema da instalação da Faculdade de Direito, de vez q o prédio doado era insuficiente para o funcionamento dos cursos, e obrigou a localização do Grupo Escolar numa rua dominada pelo comércio, o que levantou protestos insistentes de pais de família e do professorado que, por último, alí se recusou a dar aulas. A fim de resolver a situação criada, tomou o Govêrno a deliberação de permutar o prédio doado pelo edifício do antigo Liceu Paraibano, anexo ao Palácio da Redenção e onde funcionava a Secretaria do Interior e Segurança Pública, fazendo, ao mesmo tempo, voltar a funcionar em sua antiga séde o Grupo Escolar "Antonio Pessoa". Tendo sido primeiramente Convento e Colégio dos Jesuitas e em seguida Liceu do Estado, o prédio permutado é uma das tradições do nosso patrimônio histórico, representando a sua doação merecida homenagem à cultura jurídica paraibana. Agradecendo êsse gesto, o Diretor da Faculdade de Direito dirigiu ao Chefe do Executivo ofício seguinte:

"Senhor Governador: Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência haver nesta data, a Faculdade de Direito da Paraíba se instalado em sua séde definitiva, à Praça João Pessoa desta Capital. Levando êsse fato ao conhecimento de Vossa Excelência, cumpro o dever de, em meu próprio nome e no da Congregação, de

Professores agradecer a alta compreensão dêsse Govêrno, sancionando a Lei número 626, de 28 de novembro de 1 951, que autorizou a permuta do prédio em que funcionava a nossa Escola de Direito, à Avenida Beaurepaire Rohan, pelo tradicional edifício do velho Liceu Paraibano, cujas acomodações, podem, perfeitamente, abrigar todos os órgãos da Faculdade. Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência o testemunho de minha estima e respeitosa consideração. (Ass.) SEVERINO MONTENEGRO - Diretor "

O interêsse em amparar a novel Escola, fez-me retirar de sua séde a Secretaria do Interior e Segurança Pública, hoje precariamente alojada em dependências do Palácio do Govêrno, para que ali pudesse ter instalações condignas a Faculdade de Direito.

Em 1 951 lhe foi concedido a subvenção anual de R\$ 200 000,00 depois elevada para R\$ 360 000,00; e um auxílio da mesma importância. Já recentemente, atendendo a uma solicitação do Govêrno, a Assembléia Legislativa autorizou um adiantamento de R\$ 500 000,00, para manter a Escola, em período de crise decorrente de não ter sido liberado a verba federal de auxílio.

Outra providência do Govêrno em favor da Faculdade de Direito foi a lei que autoriza a aquisição da Biblioteca do advogado paraibano Severino Ayres, já falecido, para êsse estabelecimento de ensino superior.

A Faculdade de Direito recebeu do Estado as seguintes subvenções: 1 951: R\$ 200,000,00 (já referido); 1 953: R\$ 200 000,00; 1 954: R\$ 360 000,00; 1 955: R\$ 360 000,00.

b) - FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Cooperou o Govêrno com materiais de construção e recursos financeiros para a ampliação de sua séde ^{auxílio} crédito de R\$... 250 000,00). Subvenções: em 1 951, R\$ 120 000,00; em 1 952, R\$ 120 000,00; em 1 953, R\$ 120 000,00; em 1 954, R\$ 240 000,00; em 1 955 240 000,00.

c) - ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE

O Governo patrocinou a federalização da Escola de Agronomia de Areia, e até que fossem liberadas as verbas consignadas pela União àquele estabelecimento de ensino superior, foram dispendidos pelo Estado R\$ 3 000 000,00 para o seu funcionamento, além de R\$ 200 000,00 para a organização duma horta destinada ao fornecimento de verduras, legumes e outros gêneros às cidades de Areia e Campina Grande.

d) - Escola DE ENGENHARIA

Doação do prédio, onde será definitivamente instalado. (lei 953, 5.11.53). Subvenção anual de R\$ 400 000,00 (lei 1 275, 15.9.55). Como sede provisória, foi posto à sua disposição o Colégio Estadual; e concedido um auxílio de R\$ 200 000,00, para a sua instalação.

e) - ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Era intenção do Governo construir uma escola doméstica, com cursos rápidos para cozinheiras, arrumadeiras, copeiras e pagens, conforme consta da Mensagem dirigida ao Legislativo em 1º de junho de 1951.

Propuseram-se as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, com sede na Casa do Calvário, desta Capital, a organizar esse curso, desde que pudessem contar com o auxílio do Governo, proposta que foi aceita.

Custeou o Estado o transporte, por via aérea, de uma das Irmãs, que foi ao Rio de Janeiro tratar da organização da escola e do recrutamento do professorado que não se encontrava nesta Capital.

Subvenção anual de R\$ 100 000,00 (lei 194, 2.4.55) que foi paga, no ano p.p. auxílio de R\$ 150 000,00 para ampliação das instalações (lei 1 350, 27.11.55); além de outros auxílios pequenos inclusive ao Diretório Acadêmico.

Para a abertura dos cursos, além das despesas de instalação que montaram a cerca de R\$ 100 000,90, concorreu o Estado com móveis e outros utensílios.

Empenhou-se, ainda, junto aos Prefeitos Municipais, a fim de que apoiassem a nova instituição, ~~que já se acha inaugurada e em funcionamento.~~ O movimento desse curso, onde foi instalada, também uma escola de adultos, mostrou-se verdadeiramente surpreendente, elevando-se a matrícula a 90 e a frequência média a 80 alunas.

As despesas totais do Estado, na Escola do Serviço Social, para construção, adaptação, equipamento, etc. somaram a importância de R\$ 768 497, 00.

f) - FACULDADE DE MEDICINA

Além de ter contribuído para o seu reconhecimento, procurou o Estado facilitar a vinda do Professor Dr. Gerald Barba, da cadeira de Histologia. Doou à Faculdade, o terreno do Centro de Receducação Social, para a construção do Instituto de Puericultura e Pediatria; havendo já uma lei concedendo auxílio de R\$ 300 000,00, para prosseguimento desta obra (lei 1 347, de 19.11.55)

Ainda recebeu a Faculdade de Medicina em 1952 a subvenção estadual de R\$ 240 000,00, a qual se repetiu em 1953, 1954 e 1955.

g) - FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA PARAÍBA

1 - EQUIPAMENTO - com verbas estaduais, de 1952 a 1955, foi dispendida a quantia de R\$ 1 317 566, 70 e com auxílios federais, a quantia de R\$ 905,000,00. Com estas importâncias foram aparelhadas a sala de clínica, os laboratórios de Histologia e Microbiologia, Prótese, Metodologia, Higiene e Odontologia Legal, Fisiologia, Patologia e Anfiteatro de Anatomia.

2 - BIBLIOTECA - Conta precisamente, com 600 volumes, obras das mais atualizadas no ramo da Odontologia moderna, adquiridas à conta de dotações consignadas no orçamento do Estado e dos auxílios concedidos pelo Governo Federal, nos exercícios de 1953 e 1954, na importância de R\$ 80 000,00.

3 - Compõe-se o corpo docente, de 20 professores, sendo 14 catedráticos, 1 docente e 5 assistentes. Os 14 primeiros passaram de contratados a nomeados, integrando os cargos de catedráticos, padrão "0", criados pela lei 1 132, de 20.1.55, e em seguida foram efetivados, em virtude da lei nº 1 376, de 12.12.1955.

4 - É fixado em 120 o número de vagas para matrícula no curso, correspondendo 40 para cada série. Em 1955 a frequência foi de 47 alunos.

5- ATIVIDADES CULTURAIS - Aulas de Sapiência pelos Professores FRANCISCO GERALDES BARBA e IVAN CAVANCAI. Conferências pelos professores ARTUR DANTAS, Virgírio Delgado Filho e Edmundo Nejm, da Universidade do Recife. Foi realizado, pelos professores LUIZ GONZAGA BURITTY e FRANCISCO GERALDES BARBA, no Laboratório de Histologia e Microbiologia, o primeiro trabalho de pesquisa divulgado pelas nossas Escolas de nível universitário, intitulado "Bacilo Láctico".

6- Com três anos de funcionamento, deu a Faculdade a primeira turma de dentistas, no número de 20.

7- O Governo, pela Lei 1 414, de 26.12.1 955, ampliou a carreira de dentista, no propósito de aproveitar, no serviço público, os primeiros dentistas formados pela Escola de Odontologia do Estado; disto resultando a ampliação a assistência dentária nos Grupos Escolares e nos serviços de saúde públicas.

h) - FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

1) Cursos em funcionamento:

Geografia e História;

Letras Neo-Latinas;

Pedagogia; e

Filosofia.

No corrente ano, já funcionará o Curso de Didática, autorizado pelo Decreto Federal Nº 37 692, de 4.8.1 955; outrossim, ao Diretor do Ensino Superior foi encaminhado, devidamente instruído, o pedido de autorização para funcionamento do Curso de Letras Anglo Germânicas.

2) SEDE DA FACULDADE - Foi iniciada, em abril, a construção do prédio destinado à sede da Faculdade.

Para esse fim está sendo utilizada verba federal, já tendo sido dispendida a importância de R\$ 400 000,00. Além do terreno, o Estado contribuiu, até agora, com um auxílio de R\$...

300 000,00, conforme crédito especial aberto pelo Decreto 890, de 18.11.1955. Os trabalhos estão sob a orientação técnica do Departamento de Obras Públicas.

a) - Babinetes de estudo:

Sala de Estudos portugueses

Sala ambiente de Geografia

Sala ambiente de Antropologia e Etnografia

Biblioteca.

b) - Organização filiadas:

Seminários de Estudos Medicinais

Centro de Estudos e Pesquisas Tropicais

c) - Atividades extra-curriculares:

Além de excursões culturais e trabalhos realizados pelos alunos, foram efetuadas palestras radiofônicas e conferências a cargo dos membros do corpo docente, professores e escritores convidados pela Faculdade, sobre temas de interesse atual:

"Um Sistema Educacional Brasileiro", pelo professor Afonso Pereira da Silva.

"O Valor Atual das Faculdades de Filosofia", pelo professor George Agostinho Batista da Silva.

"O Valor Cultural e Científico da História", pelo professor José Rafael de Menezes.

"O Valor Humanístico da Literatura Francesa", pelo professor Luc- Charmont.

"Extensão e Planejamento na Teoria Administrativa", pelo professor Mário Augusto Romero.

"A poesia de Giovanni Pascoali", pelo Professor Ermete Caprioglio.

"Aspectos Genealógicos da Língua Portuguesa", pelo professor Cônego Francisco Lima.

"Fundamento da Pedagogia", pelo professor Manuel Cavalcanti de Sousa Filho.

"Estatística, Método de Pesquisa Científica"

pelo professor Jofre Borges de Albuquerque.

"A teoria de História e a formação da personalidade" (aula de sapiência pelo professor José Rafael de Menezes.

"Determinismos Sociais e Liberdade Humana", pelo sociólogo francês George Gurvitch.

"A Importância das Faculdades de Filosofia na Sistemática das Literaturas", pelo professor Afrânio Coutinho.

"O Romance Francês contemporâneo", pelo professor francês André Chamson.

"Curso de Sociologia Eleitoral ", pelo professor francês Jean Blondel.

"Sob a Égide da Filosofia", (aula de sapiência), pelo professor Cônego Francisco Lima.

"Problema da Administração Escolar", pelo professor Ruy de Aires Bello.

"A Política em seus aspectos culturais", pelo professor José Rafael de Menezes.

"Dios Y los Españoles", pelo professor Henrique Martinez Lopes.

"O Homem Comunista", pelo professor Pierre Gallice.

Foram diplomados em Dezembro de 1955, 28 bacharéis da Faculdade de Filosofia da Paraíba.

1) - ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA

1- Corpo docente - Entre os onze professores da Escola se inclui^{do} que vem dando o curso de extensão da Cadeira de Teosorial e Vetorial e Complementos Matemáticos, ~~Trata-se~~ do Padre José Nogueira Machado, da Universidade de Recife.

2 - Cursos - Funcionam normalmente, as cadeiras de Química Tecnológica, Cálculo Infinitesimal, Geometria Descritiva, Geografia Analítica, Desenho a Mão Livre, correspondentes à 1ª série do curso de Engenharia Civil, e as de Mecânica Racional,

Física, Topografia, Geologia e Desenho Topográfico, relativas à 2ª série do mesmo curso.

3- Corpo docente - Em 1 954 havia 16 alunos ; em 1 955 a matrícula ~~essendeu~~ a 34.

4- Atividades culturais - Aula de sapiência, em 1 954, pelo professor Antonio Baltar, catedrático da Escola de Engenharia da Universidade do Recife. Conferência do Professor Manuel Caetano sobre o tema "Importância da Geometria Descritiva nos tempos atuais".

No ano em curso, a aula de sapiência foi proferida pelo Padre José Nogueira Machado, que dissertou sobre várias etapas da história da Matemática.

5- Séde: Foi destinado à Escola Politécnica de Campina Grande, para servir-lhe de séde, o prédio atualmente ocupado pelo Grupo Escolar "Solon de Lucena"; até passar para a Séde definitiva, continuará essa Escola Superior instalada em amplas dependências do Colégio Estadual de Campina Grande, tendo o Estado cooperado nas despesas do equipamento, que, em parte correram por conta de auxílio federal. Para êsse fim, além das verbas orçamentárias, foram distribuídas auxílios decorrentes de créditos especiais, no valor de R\$ 1 7 3, 7 0 4, 0 0.

4) - UNIVERSIDADE

O rápido e vigoroso surto de expansão do ensino superior, na Paraíba, atingiu a plenitude com a criação da Universidade. Evitou-se, todavia, a precipitação e o afogadilho, triunfando as idéias da Universidade pela seriedade e energia empregadas na sua objetivação. Depois de reconhecidas todas as Faculdades que integrariam o complexo universitário, e dos necessários entendimentos com a Diretoria do Ensino Superior ~~pronovidos~~ ~~passamente~~ pelo ~~Secretário~~ ~~de~~ ~~Educação~~ ~~do~~ ~~Estado~~, foi instalada a Universidade da Paraíba, a 12 de dezembro de 1 955 (a Universidade fôra criada por lei nº que depois foi revogada pela lei 1 366, de 2.12.1 955).

Dispendeu o Estado na instalação da Reitoria a

quantia de R\$ 550 000,00. Cabendo ao Chefe do Governo a prerrogativa de escolher livremente o primeiro Reitor, transferi essa atribuição aos Diretores das Escolas, os quais indicaram o nome do Professor Durmeval Trigueiro, Mendes, depois designado.

A solenidade da instalação, realizada no prédio da Reitoria, contou com a presença de grande número de autoridades, figuras representativas do magistério e das letras, inclusive do visinho Estado de Pernambuco.

A primeira iniciativa da Universidade, foi a realização de um curso de extensão, visando o estudo da civilização Nordestina. Tomaram parte no curso os seguintes conferencistas: José Antonio Gonçalves de Melo Neto, ~~Mário Perceira~~, ~~Marcelo Lyra~~, Léon Clerot, Théo Brandão, ~~Marcelo Lyra~~, Waldemar Valente, Lauro Xavier, Moacyr Albuquerque, ~~Marcelo Lyra~~, ~~Mário Perceira~~, Luiz da Câmara Cascudo e Jordão Emerenciano, *Anibal Fernandes*

*

*

*



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

João Pessoa, Pb.

III - ENSINO SECUNDÁRIO

1) COLÉGIOS ESTADUAIS

Em Janeiro de 1953, foi concluído o Colégio Estadual de Campina Grande, no qual fôra gasta, na minha administração a quantia de R\$ 5.870.000,00. O prédio com capacidade para 3.000 alunos, fôra iniciado no Governo anterior, que nele dispendeu R\$..... 1.900.000,00 inclusive com a aquisição de terreno. O ato de inauguração foi prestigiado pela presença de professores secundários de toda a região nordestina, reunidas no 1º Congresso de Professores Secundários do Nordeste, que então se realizava naquela cidade.

Outras despesas foram ainda realizadas, pelo Governo naquele estabelecimento de ensino, para completar o seu equipamento: preparo duma sala de música, aquisição dum piano, etc.

Entre as medidas mais importantes adotadas pelo Governo, em favor dos Colégios Estaduais, se inclui a elevação dos padrões de vencimentos dos professores dos Colégios Estaduais. De R\$ 2.300,00 mensais, passaram eles a preceber R\$ 3.500,00.

Além disso, podemos mencionar a criação do cargo de Vice-Diretor; elevação de salário-aula que, através de dois reajustamentos, ascendeu de 20 a 50 cruzeiros; a elaboração do novo regimento interno, com a criação de departamentos de ensino, do Conselho Técnico, exigência do concurso de seleção para ingresso no magistério, além de outras medidas que refletem a atualização do ensino ali ministrado; etc.

O Colégio Estadual de João Pessoa, que não fôra reparado nem passara por nenhuma limpeza desde a sua instalação, em 1939, apresentava péssimas condições de conservação, constituindo /

até um perigo para as pessoas que o frequentavam. Paredes rachadas; o teto, por falta de cobertura impermeável, infiltrado por lençol d'água que, em alguns lugares, tinha a largura de 8 cmts; falta de aparelhamento escolar, etc. Foram feitos, no meu governo, todos os reparos necessários: o reequipamento; a cobertura do prédio; a renovação da rede de encanamento, das instalações elétricas, e do gabinete dentário; conserto de relógio da torre; pintura do prédio e envernizamento dos móveis; aquisição de material para o gabinete de química e a sala de geografia; restauração do auditório e conserto do piano; aquisição dum aparelho de controle auditivo das aulas; restauração da praça de desportes e equipamento para educação física.

Mais de R\$ 790.000,00 foram gastos nesses serviços.

2) AUXÍLIOS A ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
DE NÍVEL MÉDIO

Distribuiu o Governo auxílios, no valor de R\$..... 800.000,00 aos seguintes estabelecimentos de ensino médio:

Instituto Moderno de Mamanguape: R\$ 200.000,00; Ginásio de Teixeira (para instalação) R\$ 130.000,00; Ginásio Santo Antonio, de Guarabira; Escola Técnica de Comercio, de Guarabira; Ginásio Imaculada Conceição, de Cabedelo; Ginásio de Araruna; Escola Técnica de Comercio, de Cajazeiras; Ginásio Virginia, de Santa Rita; Colégio Estadual de João Pessoa; Colégio Estadual de Campina Grande; Ginásio Santana, de Piancó; Ginásio Matias Freire, de Mamanguape; Escola de Comercio Roberto Simonsen, de Patos; Ginásio Solon de Lucena, de João Pessoa; Ginásio N.S. do Bom Conselho, de Princesa Isabel; Colégio Estadual de João Pessoa; Ginásio Côelho Lisboa, de Areia; Ginásio Diocesano, de Pombal; Ginásio Imaculada Conceição, de Itabaiana e Ginásio N. S. de Luz, de Guarabira.

Solicitou, outrossim, da Assembléia, autorização para a abertura de crédito especial de R\$ 300.000,00 para a con

clusão de ginásio de Alagoa Grande, tendo, além disso, cooperado com vários outros estabelecimentos de ensino, quer obtendo auxílio do INEP, quer contribuindo em obras de construção através do Departamento de Obras Públicas, ou com mobiliário, etc.

3) CURSO PARA PROFESSORES

Pela Inspeção Seccional de Ensino, com a cooperação da Secretaria de Educação e Saúde, foi realizado em fins de ano passado um Curso de Aperfeiçoamento de professores secundários, destinado, também, à preparação para os exames de suficiência.

O referido curso não constituiu uma iniciativa isolada; ao contrário, prendia-se a um plano sistemático, elaborado, pela Secretaria de Educação e Saúde, e do qual resultou a Campanha do Ensino Secundário na Paraíba.

4) CAMPANHA DO ENSINO SECUNDÁRIO

A subordinação dos cursos secundários à legislação federal, através do Ministério da Educação, não devia, obviamente, tolher as iniciativas do Estado em favor do aprimoramento do ensino neles ministrados, à semelhança do que acontece com o ensino primário e o superior.

Assim é que, através da Secretaria de Educação e Saúde, foi instituída a Campanha do Ensino Secundário, cujo plano, ilustrará, suficientemente, os seus objetivos.

A C.E.S.P. tem por finalidade concorrer para a expansão e aperfeiçoamento do ensino secundário na Paraíba.

Constituem a C.E.S.P. as seguintes seções: Superintendência; Direção de cursos; Secretaria. A regulamentação desses órgãos já foi publicada na Imprensa Oficial.

5) NOVOS GINÁSIOS

As atenções do Governo se voltaram, também, para a

criação de novos ginásios nos municípios do hinterland paraibano. Não lhe escapou o papel que ao ensino secundário compete, como fundamento da cultura básica que deve, progressivamente, beneficiar a todos. Assim é que pela Secretaria de Educação foram realizados estudos visando a escolha dos municípios que, pelas condições demográficas e sociais, mais aptas se apresentavam a receber êsse benefício. Foram escolhidos, sob êsse critério, os municípios de Alagoa Grande, Esperança, Itabaiana, Cuité, Santa Luzia, Guarabira, Itaporanga e Teixeira. Foram levadas em conta, outrosim, outras condições favoráveis, por exemplo, a existência de Escolas Normais ou Escolas Técnicas de Comercio, cujos corpos docentes poderiam prestar colaboração no funcionamento das novas unidades de ensino.

A Secretaria de Educação desenvolveu os esforços que poudes, não só para conseguir a instalação de ginásios, como para que tivessem ^{meios} meios de funcionar, atendendo aos requisitos essenciais a que teriam de obedecer. Todavia a precariedade das condições locais em cada município, em alguns casos e, noutros a demora do processo de reconhecimento pelo Ministério da Educação, deixaram, a meio os resultados dessa iniciativa.

6) BOLSAS DE ESTUDOS

Foram contemplados com bolsas de estudos, no Instituto de Física e Matemática de Pernambuco, os professores KLEBER CRUZ MARQUES, da Escola Politécnica de Campina Grande e do Colégio Estadual de João Pessoa, e o professor FRANCISCO XAVIER, do Colégio Estadual de Campina Grande e da Escola de Agronomia de Areia. Já tendo decorrido seis meses do seu curso, viram êste ano renovada a sua designação por mais 12 meses, sem prejuizo dos seus vencimentos.

Igual benefício foi concedido à professora Maria do Céu Carvalho, de Campina Grande, que obteve uma bolsa de estudo

na Espanha, tendo ademais, recebido um auxílio de viagem concedido pelo Estado, no valor de \$ 66.000,00.

7) DOAÇÃO DE PRÉDIOS

Em virtude da construção de novos prédios para grupos escolares em Areia e Itabaiana, os prédios antigos foram doados para servirem de sede aos Ginásios dessas cidades.



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

João Pessoa, Pb.

IV) - ENSINO NORMAL

1) INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Na mensagem enviada à Assembléia, no seu primeiro ano de Governo, deixei retratada a situação em que foi encontrado o Instituto de Educação, no tópico seguinte: "Era lastimável a situação geral desse estabelecimento de ensino, no início do atual Governo. Não se encontrou tinta, nem papel, nem outro qualquer material de expediente, estando a funcionar com materiais conseguidos por empréstimo do Colégio Estadual e de outros estabelecimentos. Não havia sequer um bureau para os trabalhos da Diretoria. Na Escola de Aplicação, cujo prédio estava ameaçando ruína, a distribuição de água aos alunos era feita em moringas. O Decreto-lei n. 921, de 30.12.1946, que organiza o Ensino Normal do Estado nos moldes da lei federal, não vinha sendo observado. E a remuneração pro-labore dos professores estava em atraso desde Novembro de 1950, o que dera lugar, como protesto, a greve dos próprios estudantes".

A Escola de Professores, que integra o Instituto de Educação, foi, progressivamente, sanando as suas deficiências. As aulas de Puericultura passaram a ser dadas em práticas semanais na Maternidade "Candida Vargas".

Foi adquirido um aparelho elétrico destinado às aulas de Trabalhos Manuais. Havia seis anos que a Escola de Professores / não participava das exposições de Trabalhos Manuais do fim do ano, falha que foi corrigida.

Na Biblioteca do Instituto, reduzida a três pequenas estantes de livros, foi substituída uma mesa velha para leitura por seis bancas modernas e apropriadas.

O Arquivo, que não passava de um montão de embrulhos de provas, cadernetas e documentos importantes, sem nenhuma distribuição por série e por ano letivo, acha-se com todos os seus papéis devidamente classificados e catalogados.

Foi instituído o ensino de Canto Orfeônico, havendo o Côro Orfeônico do Instituto de Educação se exibido em público, com pleno êxito, em 35 figuras.

Fundou-se o "Jornal Pedagógico" que circulou em várias edições, obtendo grande receptividade no interior do Estado.

A Caixa Escolar do Instituto, encontrada apenas com uma ata feita em 1944 e em cofre R\$ 45,00, foi inteiramente restaurada e, já no exercício de 1951, movimentou cerca de R\$ 10.000,00.

2) ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO NORMAL

A lei nº 722, de 4 de Janeiro de 1952, criou a Superintendência do Ensino Normal e a Lei n. 850, de 6 de Dezembro de 1952 estruturou definitivamente, em novos moldes, as bases desse Ensino, no Estado, uniformizando-o de acordo com o das demais Unidades Federadas, tendo sido padrão o Instituto de Educação do Distrito Federal. Pela primeira vez foi organizado o quadro do corpo docente do Instituto de Educação da Paraíba (Lei n. 867, de 30 de Dezembro de 1952), cujos professores, havia mais de dez anos, vinham percebendo "pro-labore". E, já no exercício de 1953 o Instituto teve aprovado o seu Regimento Interno, que servirá de modelo aos das Escolas Normais e Cursos Pedagógicos.

Durante o ano de 1952 foram promovidas várias iniciativas no Instituto de Educação, destacando-se as seguintes:

1-) - Instituição das aulas de campo, sobre os seguintes assuntos: Botânica, Mineralogia, História da Paraíba e Geografia da Paraíba;

2) - Criação do "Côro Orfeônico", que se exibiu em público durante seis vezes, sendo três por ocasião da Semana da Pátria e

três na Rádio Tabajara, P.R.I.-4;

3) - Criação do "Jornal Pedagógico do Ar", irradiado pela Emissora Oficial, aos sábados, por professores e alunos, num total de 26 programações;

4) - Abertura do Curso de 1952 com uma conferência do Prof. Waldemar Valente, e do de 1953 com outro do Prof. Amaro Quintas, ambos da Universidade do Recife;

5) - Construção de um moderno Jardim, para permanência das alunas durante os intervalos das aulas;

6) - Criação do "Clube Agrícola", na Escola de Aplicação;

7) - Exposição de Trabalhos Manuais, que há vários anos estava suspensa;

8) - Reinstalação da Caixa Escolar da Escola de Professores, que distribuiu fardas e livros às alunas necessitadas;

9) - Celebração do "Dia da Árvore", com uma conferência do Agrônomo Lauro Xavier e restauração do "Hino da Paraíba".

6) BIBLIOTECA "PROFESSOR MURILO BRAGA"

Foi instituída, ~~por meio de decreto~~ essa Biblioteca - em homenagem ao ex-Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, recentemente falecido em trágico desastre de aviação, - pelos relevantes serviços prestados à Paraíba. Adquiriram-se 442 livros e foram feitas 158 consultas. Hoje conta com 930 volumes.

3) O TRÍDUO PEDAGÓGICO

Promovido pela Secretaria de Educação e Saúde, com a colaboração do Instituto, o Tríduo Pedagógico, realizado de 17 a 20 de Novembro de 1955 constituiu o início duma nova etapa do ensino normal no Estado. Dele resultaram modificações da lei Orgânica do Ensino Normal, aconselhada pela experiência; alterações dos currículos; elaboração de regimentos internos para todas as Escolas Normais; distribuição de programa de todas as disciplinas; estudos para a cria -

ção de uma Escola Normal Rural Modelo, objeto duma Mensagem que transita pela Assemblèa Legislativa, além de outros importantes assuntos, tratados num ambiente de cordialidade e estudo que aproximou das autoridades superiores do ensino representantes de todas as Escolas Normais.

4) O NOVO PRÉDIO

Para instalar, adequadamente, toda rede escolar em que se desdobra o sistema da formação pedagógica - a começar pela Escola Modelo e rematar pela de Formação de Professores, projetou o Governo a construção dum grande prédio, orçado em oito milhões de cruzeiros (R\$ 8.000.000,00). Consegui cinco milhões de cruzeiros (R\$ 5.000.000,00) do INEP, graças aos quais se encontra a obra em rápido andamento.

5) EFETIVAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Por recente lei n. 1.376, de 12 de Dezembro de 1955, sancionada pelo Governo do Sr. José Américo de Almeida, foram efetivados os professores fundadores das cadeiras ora existentes na Escola de Formação de Professores, do Instituto de Educação. Como noutra parte acentuamos, sómente em Dezembro de 1952 veio aquela Escola a ter corpo docente organizado, constituído de catedráticos interinos, percebendo vencimentos condignos. O "pro-labore" ficou reduzido a poucas aulas excedentes e às aulas de cursos de extensão.

6) OS ORÇAMENTOS

Os vários orçamentos, de 1951 a 1955, demonstram a evolução e o progresso da Escola de Professores, do Instituto de Educação. Em números podem ser êles apreciados a grosso modo-Quadro: ... 1952 - 293.900; 1953 - 660.730; 1954 - 760.360; 1955 - 760.360; 1956 - 817.860.

h) RELAÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS

Iª - CICLO - Escolar Normal Regional Rural "são José", da cidade de Sousa, Escola Normal Regional "Santa Luzia" de Santa Luzia, Escola Normal Regional "Francisca Mendes", de Catolé do Rocha, Escola Normal Regional "Monte Carmelo", de Princesa Isabel, Escola Normal Regional "Padre Diniz", de Misericórdia, Escola Normal Regional "Cuité", de Cuité, Escola Normal Regional "Santo Antônio", de Piancó, Escola Normal Regional "Mamanguape", de Mamanguape, Escola Normal Regional "Arruda Câmara", de Pombal, Escola Normal Regional "N.S. da Luz", de Guarabira (extinta), Escola Normal Regional de "Alagoa Grande", Alagoa Grande, (extinta), Escola Normal Regional de "Bananeiras", de Bananeiras (extinta).

IIª - CICLO - Escola de Professores (Instituto de Educação) - J. Pessoa, Escola Normal "N.S. das Neves" - João Pessoa (extinta) - Escola Normal "Imaculada Conceição" - Campina Grande - Escola Normal "Alfredo Dantas" - Campina Grande, Escola Normal "Santa Rita" - Areia, Escola Normal "Cristo Rei" - Patos, Escola Normal "N.S. de Lourdes" - Cajazeiras e Escola Normal "N.S. de Lourdes" - Monteiro.

7) AUXÍLIOS DESTINADOS À AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS NORMAISCONCEIDO PELO INEP, ATRAVÉS DO ESTADO

Escola Normal Rural "Santo Antônio", de Piancó: R\$.....
 200.000,00; Escola Normal Regional "Padre Diniz", de Itaporanga R\$..
 200.000,00; Escola Normal Regional "Arruda Câmara", de Pombal: R\$...
 200.000,00; Escola Normal Regional "Santa Luzia", de Santa Luzia :
 R\$ 200.000,00; Escola Normal "Cristo Rei", de Patos: R\$ 200.000,00 ;
 Ginásio "Santa Rita", de Areia: R\$ 300.000,00; Escola Normal "Sagra-
 do Coração de Jesús, de Bananeiras: R\$ 100.000,00; Escola Normal Re-
 gional "Francisca Mendes", de Catolé do Rocha: R\$ 100.000,00. O to-

tal é de ₧ 1.700.000,00. Destinado a construção da Escola Normal de Sousa e de Alagoa Grande: ₧ 4.000.000,00.

8) OUTROS AUXÍLIOS

Entre outros auxílios financeiros, encontram-se os concedidos às Escolas Normais de Pombal e Santa Luzia.



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

João Pessoa, Pb.

V) ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

A obra educacional realizada, na Paraíba, ficaria im completa sem uma política de assistência ao estudante.

A forma mais decisiva de amparar-lhes os interesses era suscitar as melhores condições para a sua formação, seja pelo re ajustamento e revisão operada em todos os graus de ensino - sabido que existe uma continuidade inteiriça em todas as etapas da educa - ção, refletindo-se umas sobre as outras - seja criando os meios que lhes possibilitassem concluir, na provincia, os seus estudos sem te rem de se deslocar para outros centros. Dai, a criação das escolas superiores.

Essa assistência era a que se afigurava fundamentalmente. - Mas era necessário olhar as condições materiais do estudan te, impunha-se oferecer-lhe meios de subsistência/^efixação junto às Faculdades/^eColégios.

Nisso se inspirou o interêsse do Governo pelas Casas do Estudante de João Pessoa e Campina Grande.

Além disso, foram criadas dotações orçamentárias destinadas a bolsas de estudo e outros auxílios; amparadas todas as instruções educacionais que solicitaram assistência do Estado; au - xiliados a estudantes, também individualmente em suas necessidades; concedidos recursos para excursões estudantís, deles se beneficiando quasi todas as Faculdades, Ginásios, Colégios, e Escolas Normais do Estado. Além de verbas orçamentárias, consignadas para êste fim, inu meros auxílios outros foram concedidos, as quais, linhas abaixo, men cionaremos.

Não escapou ao Governo nenhum setor relacionado aos interesses de educação e do amparo ao estudante. A colaboração dada ao Instituto dos Cegos da Paraíba, a instalação do Instituto de Neuro-Psiquiatria Infantil, a restauração da Colônia de Férias para alunos primários tornada extensiva aos universitários; a cooperação com os Diretórios Acadêmicos das várias faculdades e com todas as entidades estudantis universitárias; a concessão de auxílios a estudantes para tomarem parte em Congressos estudantis ou científicos ou em cursos de extensão universitária sobretudo estudante da Faculdade de Medicina; em suma, toda uma política educacional que procurou abranger, da maneira mais larga e eficiente, todas as esferas de ensino e das atividades estudantis.

I = CASA DO ESTUDANTE de
João Pessoa e Campina Grande

Em 1 951 foi-lhe concedido um auxílio de R\$ 85 000,00, e elevada a subvenção que recebiam, de R\$ 3 000,00 para R\$ 8 000,00 mensais. Em 1 952 fez-se o reaparelhamento das instalações sanitárias, sendo-lhe distribuído, também, o auxílio de R\$ 96 000,00 para alimentação; igual importância com a mesma finalidade foi dispendida em 1 954. Em abril de 1 955, um auxílio de R\$ 500 000,00 para construção da nova sede, tendo antes sido elevada de oito para vinte mil cruzeiros a subvenção mensal; outro auxílio de R\$ 12 000,00 para um fogão, construção de dois quartos e limpeza do antigo prédio.

Para a Casa do Estudante de Campina Grande foi destinada a quantia de R\$ 500 000,00 distribuída parceladamente.

2 - AUXÍLIOS DIVERSOS

Em 1 951

Duas bolsas de Estudos de Engenharia de Pernambuco-	R\$ 4 000,00
Casa do Estudante de Pernambuco.....	6 000,00
Estudantes da Faculdade de Direito da Paraíba	20 000,00
Concluintes da Fac. de Ciências Econômicas da Paraíba ..	10 000,00

Uma bolsa de Estudo a um estudante	20 000,00
Excursões estudantis de diversos estabelecimentos	200 000,00
	260 000,00

Em 1 952

Casa do Estudante de Pernambuco	6 000,00
Duas bolsas de Estudos para os alunos da Esc. Eng. Pe. ..	4 000,00
Auxílios a vários estudantes	10 300,00
" aos concluintes da Esc. Remington	4 000,00
" aos concluintes do Col. "Alfredo Dantas"	8 000,00
" aos concluintes do Curso Dat. "Solon de Lucena" ..	6 000,00
" da Escola Técnica de Comércio Underwood	4 000,00
" a U.E.E.P.	30 000,00
" aos concluintes do Colégio "I. Conceição" - C.G. ..	8 000,00
" aos concluintes do Curso de Biblioteconomia ..	2 000,00
" ao Centro Universitário Paraibano	1 500,00
" aos concluintes da Esc. Técn. Com. "Ep. Pessoa" ..	1 800,00
" a uma professora primária para fazer um curso de violino no Conserv. de Música de Recife ...	2 000,00
" aos concluintes do Ginásio "Castro Pinto"	14 000,00
" aos concluintes do Curso Datil. Underwood ...	3 000,00
" aos concluintes do Colégio "Pio X"	5 000,00
" " da Esc. Nossa S. de Fátima-Ca- jazeiras	2 000,00
" ao Teatro do Estudante da Paraíba	14 600,00
" aos Acadêmicos da Federação Paraibana de Despor- tos que participaram dos 11º jogos Universitários em Be- lo Horizontes	50 000,00
Hospedagem de 15 estudantes de Alagoas	11 260,00
Excursão dos concluintes do Colégio Estadual de João Pes- soa à Natal	9 000,00
Excursão dos concluintes da Escola de Professores a Sal- vador	5 000,00

Auxílio a União Estudantal dos Estudantes da Paraíba	6.000,00
Concluintes do Ginásio "N.S. de Lourdes de / Monteiro	4.000,00
Auxílio aos concluintes da Escola Técnica Underwood	4.000,00
	<hr/>
	215.460,00

Em 1953

Vanguarda Estudantil da Paraíba	10.000,00
Teatro do Estudante da Paraíba	24.000,00
Casa do Estudante de Pernambuco	6.000,00
Auxílio a embaixadas estudantis	50.000,00
Recepções de caravanas estudantis	50.000,00
Auxílio a uma estudante para cursar a Faculdade de Medicina.....	11.000,00
Auxílio a outra estudante	3.000,00
	<hr/>
	154.000,00

Em 1954

Vanguarda Estudantil da Paraíba	10.000,00
Casa do Estudante de Pernambuco	6.000,00
Teatro do Estudante da Paraíba	24.000,00
Bolsas de estudo a estudantes	40.000,00
Auxílio a um estudante para cursar a Faculdade de Medicina	3.400,00
Auxílio ao Estudante Lourival Virginio dos Santos	2.000,00
Auxílios para excursão de diversas escolas e Colégios.....	71.200,00
	<hr/>
	156.600,00

Em 1955

Auxílio para uma excursão aos Tecnolandos da Escola de Agronomia de Areia	25.000,00
Auxílio a Maria do Ceu Carvalho, para fazer um curso no Instituto de Cultura Hispânica da Universidade Central de Madrid	66.000,00
Auxílio aos estudantes da Escola Técnica de Comércio Santo Antônio de Guarabira	20.000,00
Auxílio para excursões estudantis (das diversas Escolas e Faculdades	150.000,00
Auxílio para uma excursão a África pelos concluintes da Escola de Agronomia do Nordeste de Areia	100.000,00
Auxílio para a União Estadual dos Estudantes da Paraíba participar do XVIII Congresso Nacional dos Estudantes	40.000,00
Auxílio para um Congresso a União Estadual dos Estudantes da Paraíba.....	44.000,00
Auxílio a 1ª turma da Faculdade de Direito da Paraíba	200.000,00
Auxílio a embaixadas estudantis e esportivas	300.000,00
Auxílio a estudante de vários colégios e ginasios	9.400,00
Auxílio a Estudantes da Escola Remington "Pe. Azevedo"	3.000,00
Auxílio a Estudantes (dos diversos colégios)	41.020,00
Auxílio a Diretoria da Faculdade de Direito da Paraíba	1.500,00
Auxílio a Estudantes (dos diversos colégios)	20.420,00
Auxílio a União Estadual dos Estudantes ,...	3.000,00
Auxílio para excursão à Baía da Traição as alunas da Faculdade de Filosofia	2.000,00

Auxílio para excursão aos alunos do 2º ano Científico do Colégio Estadual de João Pessoa a. Recife.....	4.000,00
Auxílio para excursão à Natal aos alunos da Faculdade de Medicina da Paraíba.....	8.000,00
Auxílio aos alunos da Faculdade de Odontologia para tomarem parte do 18º Congresso Nacional de Estudantes em Belém	2.175,00
Auxílio para excursão aos concluintes ao Curso Técnico do Colégio N.S. das Neves...	8.000,00
Auxílio para excursão da Faculdade de Filosofia ao Rio de Janeiro	39.000,00
Auxílio ao Estudante José José Ribamar Moraes	2.416,00
Auxílio aos Teatro dos Estudantes da Paraíba	2.300,00
Auxílio para despesa com passagem a 18 alunos do Instituto de Educação ao Rio de Janeiro	50.000,00
Auxílio as concluintes da Escola Normal Regional do Ginásio "Santa Rita" de Areia ...	15.000,00
Auxílio para excursão do Curso Colegial de João Pessoa a Areia	3.000,00
Auxílio para excursão dos concluintes da Escola Técnica de Comércio "Epitácio Pessoa" a. Pitimbu.....	1.500,00
Auxílio para excursão de alunos da Faculdade de Filosofia a Salvador.....	3.000,00
Auxílio as alunas do Curso de Férias para professores rurais junto a Escola de Agronomia de Areia	15.000,00
Auxílio para excursão aos concluintes do Ginásial do Colégio Estadual de Campina Grande.....	5.000,00

Auxílio para excursão dos concluintes da Escola Normal Regional "São José" de Souza e Paulo Afonso	5.000,00
Auxílio a União Estudantil dos Estudantes da Paraíba	1.500,00
Auxílio para excursão dos concluintes do Ginásio "Solon de Lucena" À Fortaleza ...	10.000,00
Auxílio aos concluintes da Faculdade de Filosofia da Paraíba	16.000,00
Auxílio aos concluintes da Escola Normal "Arruda Câmara" de Pombal	6.000,00
Auxílio a diversos estudantes	16.900,00
Auxílio a alunos da Escola Datilográfica "Santa Terezinha"	3.000,00
Auxílio aos concluintes do Colégio "Pio XI" de Campina Grande	10.000,00
Auxílio a alunos da Escola de Formações de Professores	7.000,00
Auxílio aos concluintes do Colégio "N. S. de Lourdes"	20.000,00
Auxílio aos concluintes do Ginásio do Colégio "N. S. de Lourdes"	12.000,00
Vanguarda Estudantil da Paraíba	10.000,00
Teatro do Estudante da Paraíba	24.000,00
Auxílio Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia da Paraíba	6.000,00
1 951	260 000,00
1 952	215 460,00
1 953	154 000,00
1 954	156 600,00
1 955	1 434 931,00
T O T A L	<u>2 220 991,00</u>

Acrescenta-se a este total a importância de R\$
420 000,00 distribuída no quinquênio, à Casa do Estudante, afora
os auxílios já mencionados.

3 - GINÁSIOS NOTURNOS

Constatando a necessidade de facilitar a estudantes pobres a instrução ginasial, tomei providências para a criação de cursos ginasiais noturnos, nos Colégios Estaduais de João Pessoa, e Campina Grande. Além de Mensagem à Assembléia Legislativa, propondo a criação do quadro de professores, outras diligências foram empregadas, junto ao Ministério de Educação e Cultura, com aquele objetivo.



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

João Pessoa, Pb.

VI - ENSINO PRIMÁRIO

1) PROVIDÊNCIAS INICIAIS

No começo do Governo foram nomeadas comissões para exame da situação geral do ensino, e das condições dos prédios escolares. A que se encarregou desta parte, apresentou relatório, do qual destacamos os seguintes tópicos:

"O estado de conservação dos grupos escolares do Estado é bastante precário, sendo que na quase totalidade então a precisar de reparos nas esquadrias, fôrro, instalações elétricas, higráulicas, e sanitárias, necessitando ainda limpêsa, caiação, e pintura, chegando a existir grupos com 19 anos que não são pintados, como acontece como o de Antenor Navarro e outros que fêram pintados na época da construção.

2) - MATERIAL DIDÁTICO

È uma verdadeira lástima a pobreza de material pedagógico existente nos grupos escolares, onde encontram:se unicamente / restos de cartas geográficas e mulambos de mapas rurais".

"As escolas estaduais estão completamente desaparelhadas de mobiliário (carteiras, bureaux, estantes, cadeiras, etc.) A criança na maior parte dos estabelecimentos oficiais vive mal agasalhada, usando muitas vezes tamboretas que levam de suas casas. Tendo:se em médio R\$ 8.000,00 (cálculo do INEP) para cada unidade, se iriam precisos nunca menos de R\$ 2.500.000,00 para o serviço marginado".

Ficou constatada, outrossim, a necessidade de ampliação da rêde escolar, e o preenchimento, na medida das possibilida-

des do Estado, das escolas vagas, em número de 604.

3) - MEDIDAS ADOTADAS

a) - COM RELAÇÃO AOS PRÉDIOS ESCOLARES.

I - Governo com o I.N.E.P. - Foram celebrados vários convênios com o I.N.E.P., visando a construção de novas unidades escolares.

Acordo datado de 12.2.53, para construção de

		4 E.R. e 3 EG no valor de	560,000
"	"	" 12.2.53, para construção de	
		6 G.E. no valor de	2.000,000
"	"	" 31.3.54, para construção de	
		8 E.R. Geminadas no valor de	1.280,000
"	"	" 31.3.54, para construção de	
		E.R. no valor de	480,000
"	"	" 31.3.54, para construção de	
		5 G.E. no valor de	1.500,000
"	"	" 31.3.54, para conclusão de	
		15 G. E. no valor de	1.814,000
"	"	" 10.9.55, para construção de	
		1 G.E. no valor de	500,000
			<hr/>
			8.634,000
		Para construção do Instituto de Educa-	
		ção	500,000
"	"	" 14.11.51, destinado a aquisição de e-	
		quipamento na quantia de	650,000

Total das verbas recebidas do INEP, no último quinqüênio:

Cr\$ 13.634.000,00; devendo acrescentar-se a este total a importância de 650.000,00, destinada à aquisição de mobiliário escolar. Ainda recebeu o Estado, neste período, verbas restantes de acordos celebrados / na anterior administração, no montante de Cr\$ 7.429.577.40.

Além do auxílio federal, dispendeu o Estado na construção das obras, que vão abaixo discriminadas, a quantia aproximada de ...

II - Construção de prédios

III - Prédios escolares iniciados na administração anterior, e concluídos na atual.

1) - GRUPOS ESCOLARES:

Catolé do Rocha, Séde; Serraria, Arara; Antenor Navarro, Uirauna; Cuité, Séde; Caiçara, Belém; Santa Luzia, Junco; Picuí, Pedra Lavrada; Campina Grande, Séde; Guarabira, Araçagy; Mamanguape, Baía da Traição; Patos, Espinharas; Serra Branca, Séde.

2) - ESCOLAS RURAIS

Alagoa Grande: Gendiroba, Espalhada, Belo Monte, Cuiana e Gurilhenzinho. Alagoa Nova, Camucá. Antenor Navarro: Umarí e Triunfo. Araruama: Mata Velha e Riachão. Areia : Sítio Genipago, Tauá e Gitó. / Bananeiras: Chã do Lindolfo, Cacimba de Varzea, Maia, Angico, Dois Irmãos e Alagamar. Bonito de Santa Fé: Santa Fé, Pau d'Arco e Cedro Brejo do Cruz: Varzea Grande, e Santa Teresa. Cabaceiras: Riacho do Meio e S. José. Campina Grande: Caiana, Caluête, Mulunguzinho e Logradouro. Catolé do Rocha: Genipapeiro e Bom Sucesso. Conceição: Poço do Cachorro. Cruz do Espírito Santo: Olho d'Agua, S. Miguel e / Gramame dos Bulhões. Cuité: Cabaças, Campo Comprido e Telha. Esperança: Montadas, Lagoa Comprida, Sítio Velho e Cinza. Guarabira: Maciel, Santa Lúcia, Sertãozinho e Cuitégí. Ingá: Barrinha, Surrão, Jurema e Cajá. Itabaiana: Gameleira, Maria de Melo, Pau d'Arco, Mangueira e Camorim. Itaporanga: Vazante e Muquem. Jatobá: Galante, / Sítio Catolé e Sítio Riacho. Mamanguape: Boa Vista, Mataraca, Barra de Mamanguape, Capim, Olho d'agua do Serrão, Capela e Pindobal. Monteiro: Zabelê, Santa Maria, Queimada, Pindurão e Mulungú. Patos: S. José de Espinharas, Barauna, Passagem, Santa Gertrudes e Salgadinho. Piancó: Bom Jesús, Emas, Riacho do Boi e Socorro. Picuí: Olho d'Agua das Onças, Tanquinhos, Varzea Verde e Canoa de Dentro. Pilar: Barra e Curimataú. Pombal: Arruda Câmara, São Domingos e Maniçoba. Princesa Isabel: Cachoeira de Minas, Cedro, Jurú, Irerê e

Belém. Santa Luzia: Varzea, Picotes e Roça. Santa Rita: Varzea Nova, Forte Velho e Fagundes. São João do Cariri: Malhada em Roça, Santa Luzia, Arecedê, Cochichola, Gurjão e Mucuitú. Sapé: Anta do Sono, Taumata, Fundo do Vale, Caruçú e Riacho da Serra. Serraria: Labirinto e São Bento. Soledade: Escurinho, Fazenda Chico, Pendencia e Ipueira. Souza: Vieirópolis, Ramada, Casinha do Homem. Tapeiroá: Estaca Zero, Barra do Farias e Salgado. Teixeira: Olaria, Cacimbas, Mãe d'Água, Palmeiras e Mãe d'Água de Fora. Umbuzeiro: Vassouras, Cecilia, Fervedouro, Jussaral e Mata Virgem.

Prédios escolares integralmente construídos na atual administração.

1) - GRUPOS ESCOLARES

Campina Grande, Fagundes; Cuité, Barra de Santa Rosa; Guarabira, Alagoinha; Pombal, Condado; Santa Rita, Bayeux; Campina Grande, Séde; João Pessoa, Cruz das Armas, Miramar, Mandacarú e Ilha Indio Piragibe. Soledade, Joazeirinho; Bananeiras, Borboréma; Guarabira, Mulungú; Itabaiana, Séde; Taperoá, Livramento; Catolé do Rocha, Riacho dos Cavalos; Pilar, Jurispiranga.

ESCOLAS RURAIS

Itabaiana, Pernambucozinho; Caiçara, Lagoa de Dentro; Guarabira, Barra do Cuité, Passagem e Lourenço; Pombal, S. Bento, Desterro, Estrelo e Paulista; Campina Grande, Séde; Mamanguape, Gururí; Ingá, Séde; São João do Cariri e Congo.

Prédios escolares iniciados na atual administração, ainda em construção.

2) - ESCOLAS GEMINADAS

Piancó, Garrotes; Teixeira, Desterro; Pombal, Lagoa e Pereiros; Caiçara, Duas Estradas; Santa Rita, Lucena; Patos, Belo Horizonte; e Itabaiana Guarita.

Convém ressaltar que os auxílios concedidos pelo INEP eram na maioria dos casos insuficientes para a completação das obras a que se destinavam. Por isso, teve o Estado de realizar despesas suplementares, muitas vezes superiores às verbas oriundas daquele Departamento Federal.

No que se refere à conservação dos prédios escolares, além das verbas orçamentárias dispendidas com esta finalidade, várias e vultosas despesas outras foram realizadas através da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas.

Em face do estado em que se encontravam os prédios escolares, no início de minha administração, as dificuldades assumiam tal vulto, inclusive pela extensão do problema e multiplicidade dos casos, sempre renovados, que se tornou impossível, com a exiguidade dos recursos disponíveis, dar-lhes completa solução.

ESCOLAS

b. COM RELAÇÃO AO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

Foram encontradas 605 escolas vagas; e providas, durante o último quinquênio, 407. Muitas deixaram de ser preenchidas, o que se deve às condições de localização, e outras circunstâncias que não justificavam o provimento. É notório que a distribuição de escolas, por motivo políticos ou falta de planejamento racional, obedeceu, em muitos casos, a critérios incompatíveis com o interesse do ensino.

Nêsse período foram nomeadas, 710 professoras diplomadas, para a classe "C", (grande parte fôra, antes, admitida na referência II ou na classe "B", ou para esta já haviam sido nomeada); 50 professoras diplomadas, interinamente, na classe "C"; 30, no cargo isolado padrão "6"; e ^{admitidas} 610 não diplomadas. Quanto a estas últimas, viu-se o Governo forçado a admiti-las, para lecionarem em recantos da zona rural para os quais não foi possível conseguir professoras diplomadas; não, porém, sem o cuidado de seleccioná-las, mediante concurso, realizado em dezembro de 1954.

Pela Lei nº 1.175, de 28.3.55, foi criada dotação para professoras substitutas de escolas isoladas. Nessas unidades escola-

lares que contam com uma professora apenas, o afastamento da titular, determina a interrupção do curso. Como, frequentemente, o afastamento é temporário, seria anti-econômico para o Estado admitir em caráter definitivo, professoras substitutas, daí a iniciativa de criar dotações para as substituições para limitação espaço a tempo.

Graves problemas com que, permanentemente, o Governo tem de defrontar-se, é o deslocamento de professoras, sobretudo da zona rural para os centros citadinos. Procurei, com firmeza, impedir a evasão que sacrificava o sacrifício das escolas rurais. Todavia, além dos casos de remoção, amparadas por lei, como o das professoras, esposas de funcionários públicos que têm de acompanhá-los, quando / removidos; muitos outros se justificavam pela impossibilidade de permanecer a professora em certas localidades, separada da família, e sem meios próprios de subsistência, dada a exiguidade dos salários; tudo decorrente dum problema de ordem geral, que é a carência de meio de vida em grande parte das zonas rurais. A elevação dos / salários das professoras primárias, feita no meu governo, constituiu imperativo e justiça, visava também facilitar a solução desse / problema.

Como quer que seja, nunca deixei de atender para essa situação, nem permiti que as remoções se fizessem sem razões que rigorosamente as justificassem.

MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ESCOLAR

Com a aquisição de material didático, dispendeu o Estado, em Julho de 1952, a quantia de R\$ 291.067,00. Outrossim, conseguiu do INEP em 1951, a quantia de R\$ 650.000,00, destinada a mobiliário escolar.

Em 1952, foram adquiridas 200 salas de aula no valor total de R\$ 1.641.000,00 tendo o Estado contribuído com R\$ 991.000,00, e o INEP com o restante. Em 8.9.1955 foi firmado contrato com as Industrias de Móveis Guelmam para aquisição de 2.000 carteiras indivi-

dubais, já entregue, no valor de R\$ 1.024.900,00.

4. PROVIDÊNCIAS EM FAVOR DO PROFESSORADO

1) Aumento de vencimentos. A lei n. 1.119, de 28.12.955, reestruturou a carreira de professor primário, com elevação dos níveis de vencimentos, incorporação ao quadro de 550 mensalistas.

2) Aposentadoria aos 28 anos de serviço. A lei n. 1333, de 16.11.1955, faculta aos professores de ensino primário e secundário, aos Inspectores Técnicos do ensino e aos Orientadores Educacionais, a aposentadoria aos 28 anos de serviço público.

3) Amparo aos diretores. O ante-projeto de lei, que acompanhou a mensagem governamental de 12.9.1955, que se encontra na Assembleia Estadual, propõe a elevação da gratificação dos diretores de Grupos Escolares e Escolas Reunidas de R\$ 600,00 R\$ 500,00, R\$ 400,00 e R\$ 300,00 para R\$ 1.000,00, R\$ 800,00, R\$ 400,00 e a sua incorporação aos vencimentos dos referidos titulares na aposentadoria.

5. PROVIDÊNCIAS EM FAVOR DO INSPETOR

A lei n. 608, de 13.11.1951, reestruturou a carreira do Inspetor Técnico, do Quadro único do Estado, passando a ter a seguinte estrutura: 3 cargos da classe "K", 4 cargos da classe "J", 6 cargos da classe "I" e 12 cargos da classe "H".

6. REFORMAS E APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO

a) Divisão de Orientação de Pesquisas Educacionais. A lei / n.1.095, de 29.11.954, criou a DOPE, com os serviços de Medidas e Programas, Orientação de Ensino e Pesquisas Educacionais.

b) Escola Modelo. Foi inteiramente reformada em virtude da lei nº 1.168, de 28.3.955, constituindo um centro de revitalização do ensino.

c) Delegacias de Ensino. Pela lei nº 1.205, de 6.4.955, foram criadas 3 Delegacias Regionais de Ensino, localizadas, em cidades que sua posição geográfica mais aptas se mostram a centralizar as atividades de inspeção nas zonas a que pertencem.

d) Orientação Educacional. A lei nº 1.172, de 28.3.955, criou 55 cargos de Orientadores Educacionais, constituindo um corpo de funcionários adestrados e portadores de títulos competentes.

e) Cursos para professores primarios

I) - Cursos itinerantes de orientação de ensino - Por iniciativa da Secretaria de Educação a D.O.P. realizou no mês de fevereiro de 1955, cursos itinerantes de Orientação de ensino primario nos municípios de João Pessoa, Santa Rita, Campina Grande, Sapé, Malta, Pombal, Sousa, Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Cajazeiras, Antenor Navarro e Uiraúna. As aulas foram ministradas por uma equipe de professores especializados pelo INEP, e assistidas por 728 professores primários.

II) - Curso de Orientador Educacional - Realizaram-se na Escola Modelo, dois cursos de Orientadores Educacionais, nos quais tomaram parte 59 professores, 16 diretores de Grupos Escolares e 3 Inspectores Técnicos primários de 21 municípios do Estado.

III) - Curso de preparação para professores de Jardim de Infância - Realiza-se na Escola Modelo com a duração de 2 meses um curso intensivo de preparação de professores de educação pre-primária. Estão matriculadas 36 alunas mestras dos municípios de João Pessoa, Esperança, Santa Rita, Bananeiras, Patos, Pombal, Cajazeiras, Alagoa Grande e Malta.

IV) - Estágio pedagógico para professores de 1ª série - - Ponde em prática uma de suas finalidades - a de orientar os professores regentes de classes, no desempenho de suas funções, a D.O.P.E., realizou no período de 1º de setembro a 30 de outubro do ano em curso, um estágio para regentes de classe de 1ª série e classe de iniciação. Compareceram às aulas 50 professoras, com exercício nos Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Isoladas da Capital. Após o encerramento das aulas, realizou-se uma exposição do material didático, - confeccionado pelas professoras que frequentaram o Curso. Receberam certificados 50 professoras, as quais atenderam 75% de frequência a apresentação de trabalhos.

V) - Reuniões pedagógicas - A D.O.P.E., realizou nos meses de abril, maio, julho, agosto, setembro e outubro 8 reuniões pedagógicas de orientação aos professores regentes de Classes sobre o programa de ensino, sugestões e esclarecimentos para execução do mesmo, e instrução sobre elaboração, aplicação e correção das provas - objetivas, inclusive das tabelas de correção da composição nas classes primárias.

VI) - Programa de ensino - Em virtude do atraso da Imprensa Oficial em imprimir o Programa de ensino elaborado por uma comissão de professores primários e submetidos a apreciação do INEP, a D.O.P.E., distribuiu às Escolas Primárias do Estado, mimeografado, o programa mínimo a ser atingido em cada série primária.

f) Exames de suficiência para professores de referência I
Constatando a Secretaria de Educação e Saúde a necessidade de seleção das professoras não tituladas, determinou a realização

em dezembro de 1954, de exames de suficiência nos quais tomaram parte 340 professores de Ref. I, das zonas rurais e urbanas do Estado. A D.O.P.E., teve a seu cargo a elaboração, orientação e julgamento das provas mediante tratamento estatístico, bem como representação gráfica dos trabalhos.

g - Seleção de candidatos aos cursos de Orientação Educacional e de bolsistas do INEP.

A D.O.P.E., encarregou-se da seleção de candidatos aos Cursos de Orientação e Bolsas do INEP, elaborando e aplicando testes de nível mental e Conhecimentos Gerais.

h - 84 professoras selecionadas pela Secretaria de Educação e Saúde, tiveram oportunidade de estagiar nos mais adiantados centros educacionais do país.

Em 1951 - Jardim de Infância no Recife - 2

Inspeção Escolar - no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo - 1. De enfremagem na Escola de "Ana Nery" - no Rio de Janeiro - 1.

Em 1952 - Orientação de Ensino no Rio de Janeiro - 4 Jardim de Infância - no Rio de Janeiro - 1. Desenho e Trabalhos Manuais - no Rio de Janeiro - 2 Direção de Escolas Primárias no Rio de Janeiro - 2 Ensino Rural - no Rio de Janeiro - 1 Regentes de Classes do Ensino Rural em Areia - 15

Em 1953 - Trabalhos Manuais e Artes Aplicadas - Sector Pre-vocacional - no Rio de Janeiro - 2. Aperfeiçoamento de professores rurais em Belo Horizonte - 2. Ensino Rural CRINEP - Em Pernambuco - 2 Canto Orfeônico - em João Pessoa - 12.

Em 1954 - Orientação do professorado de Metodologia - no Rio de Janeiro - 2 Aperfeiçoamento do Professor Primário no CRINEP da Bahia - 3 Jardim de Infância - no Bennette - Rio de Janeiro - 1 Orientação Técnica Pedagógica - CRINEP - no Rio Grande do Sul - 3 Medidas e Orientação Educacionais - Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - 1 Pre-vocacional - Rio de Janeiro - 1

Em 1955 - Preparação de Professores de Artes Aplicadas - no Rio de Janeiro - 1 Trabalhos Manuais e Artes Aplicadas - no Rio de Janeiro - 1 Preparação de Professores para a Fase Pre-Escolar no Rio de Janeiro - 2 Preparação de Professores para débeis mentais - 1 Preparação de professores para Regentes de Classes - no Rio Grande do Sul - 5 Orientação do Ensino Primário - no Rio de Janeiro - 2. - Orientação em Recreação e Jogos - 1 Preparação de Professores para cegos - no Benjamin Constant - no Rio de Janeiro - 1 Serviço de Assistência e Psicopatas - no Recife - 3 - Educação Artística - 1 Educação Física - 3

i - Curso a realizar-se em Dezembro de 1955

Psicologia Educacional - no Rio de Janeiro - 1 Sociologia

Auxílio para excursão dos concluintes da Escola Normal Regional "São José" de Souza e Paulo Afonso	5.000,00
Auxílio a União Estudantil dos Estudantes da Paraíba	1.500,00
Auxílio para excursão dos concluintes do Ginásio "Solon de Lucena" À Fortaleza ...	10.000,00
Auxílio aos concluintes da Faculdade de Filosofia da Paraíba	16.000,00
Auxílio aos concluintes da Escola Normal "Arruda Câmara" de Pombal	6.000,00
Auxílio a diversos estudantes	16.900,00
Auxílio a alunos da Escola Datilográfica "Santa Terezinha"	3.000,00
Auxílio aos concluintes do Colégio "Pio XI" de Campina Grande	10.000,00
Auxílio a alunos da Escola de Formações de Professores	7.000,00
Auxílio aos concluintes do Colégio "N. S. de Lourdes"	20.000,00
Auxílio aos concluintes do Ginásio do Colégio "N. S. de Lourdes"	12.000,00
Vanguarda Estudantil da Paraíba	10.000,00
Teatro do Estudante da Paraíba	24.000,00
Auxílio Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia da Paraíba	6.000,00
1 951	260 000,00
1 952	215 460,00
1 953	154 000,00
1 954	156 600,00
1 955	1 434 931,00
T O T A L	<u>2 220 991,00</u>

Acrescenta-se a este total a importância de R\$
420 000,00 distribuída no quinquênio, à Casa do Estudante, afora
os auxílios já mencionados.

3 - GINÁSIOS NOTURNOS

Constatando a necessidade de facilitar a estudantes pobres a instrução ginasial, tomei providências para a criação de cursos ginasiais noturnos, nos Colégios Estaduais de João Pessoa, e Campina Grande. Além de Mensagem à Assembléia Legislativa, propondo a criação do quadro de professores, outras diligências foram empregadas, junto ao Ministério de Educação e Cultura, com aquele objetivo.



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

João Pessoa, Pb.

VI - ENSINO PRIMÁRIO

1) PROVIDÊNCIAS INICIAIS

No começo do Governo foram nomeadas comissões para exame da situação geral do ensino, e das condições dos prédios escolares. A que se encarregou desta parte, apresentou relatório, do qual destacamos os seguintes tópicos:

"O estado de conservação dos grupos escolares do Esta - do é bastante precário, sendo que na quase totalidade então a precisar de reparos nas esquadrias, fôrro, instalações elétricas, higráulicas, e sanitárias, necessitando ainda limpêsa, caiação, e pintura, chegando a existir grupos com 19 anos que não são pintados, como acontece como o de Antenor Navarro e outros que fêram pintados na época da construção.

2) - MATERIAL DIDÁTICO

È uma verdadeira lástima a pobreza de material pedagógico existente nos grupos escolares, onde encontram:se unicamente / restos de cartas geográficas e mulambos de mapas rurais".

"As escolas estaduais estão completamente desaparelhadas de mobiliário (carteiras, bureaux, estantes, cadeiras, etc.) A criança na maior parte dos estabelecimentos oficiais vive mal agasalhada, usando muitas vezes tamboretas que levam de suas casas. Tendo:se em médio R\$ 8.000,00 (cálculo do INEP) para cada unidade, se riam precisos nunca menos de R\$ 2.500.000,00 para o serviço marginado".

Ficou constatada, outrossim, a necessidade de ampliação da rêde escolar, e o preenchimento, na medida das possibilida -

des do Estado, das escolas vagas, em número de 604.

3) - MEDIDAS ADOTADAS

a) - COM RELAÇÃO AOS PRÉDIOS ESCOLARES.

I - Governo com o I.N.E.P. - Foram celebrados vários convênios com o I.N.E.P., visando a construção de novas unidades escolares.

Acordo datado de 12.2.53, para construção de

		4 E.R. e 3 EG no valor de	560,000
"	"	" 12.2.53, para construção de	
		6 G.E. no valor de	2.000,000
"	"	" 31.3.54, para construção de	
		8 E.R. Geminadas no valor de	1.280,000
"	"	" 31.3.54, para construção de	
		E.R. no valor de	480,000
"	"	" 31.3.54, para construção de	
		5 G.E. no valor de	1.500,000
"	"	" 31.3.54, para conclusão de	
		15 G. E. no valor de	1.814,000
"	"	" 10.9.55, para construção de	
		1 G.E. no valor de	500,000
			<hr/>
			8.634,000
		Para construção do Instituto de Educa-	
		ção	500,000
"	"	" 14.11.51, destinado a aquisição de e-	
		quipamento na quantia de	650,000

Total das verbas recebidas do INEP, no último quinqüênio:

Rs 13.634.000,00; devendo acrescentar-se a este total a importância de 650.000,00, destinada à aquisição de mobiliário escolar. Ainda recebeu o Estado, neste período, verbas restantes de acordos celebrados / na anterior administração, no montante de Rs 7.429.577.40.

Além do auxílio federal, dispendeu o Estado na construção das obras, que vão abaixo discriminadas, a quantia aproximada de ...

II - Construção de prédios

III - Prédios escolares iniciados na administração anterior, e concluídos na atual.

1) - GRUPOS ESCOLARES:

Catolé do Rocha, Séde; Serraria, Arara; Antenor Navarro, Uirauna; Cuité, Séde; Caiçara, Belém; Santa Luzia, Junco; Picuí, Pedra Lavrada; Campina Grande, Séde; Guarabira, Araçagy; Mamanguape, Baía da Traição; Patos, Espinharas; Serra Branca, Séde.

2) - ESCOLAS RURAIS

Alagoa Grande: Gendiroba, Espalhada, Belo Monte, Cuiana e Gurilhenzinho. Alagoa Nova, Camucá. Antenor Navarro: Umarí e Triunfo. Araruama: Mata Velha e Riachão. Areia : Sítio Genipago, Tauá e Gitó. / Bananeiras: Chã do Lindolfo, Cacimba de Varzea, Maia, Angico, Dois Irmãos e Alagamar. Bonito de Santa Fé: Santa Fé, Pau d'Arco e Cedro Brejo do Cruz: Varzea Grande, e Santa Teresa. Cabaceiras: Riacho do Meio e S. José. Campina Grande: Caiana, Caluête, Mulunguzinho e Logradouro. Catolé do Rocha: Genipapeiro e Bom Sucesso. Conceição: Poço do Cachorro. Cruz do Espírito Santo: Olho d'Agua, S. Miguel e / Gramame dos Bulhões. Cuité: Cabaças, Campo Comprido e Telha. Esperança: Montadas, Lagoa Comprida, Sítio Velho e Cinza. Guarabira: Maciel, Santa Lúcia, Sertãozinho e Cuitégí. Ingá: Barrinha, Surrão, Jurema e Cajá. Itabaiana: Gameleira, Maria de Melo, Pau d'Arco, Mangueira e Camorim. Itaporanga: Vazante e Muquem. Jatobá: Galante, / Sítio Catolé e Sítio Riacho. Mamanguape: Boa Vista, Mataraca, Barra de Mamanguape, Capim, Olho d'agua do Serrão, Capela e Pindobal. Monteiro: Zabelê, Santa Maria, Queimada, Pindurão e Mulungú. Patos: S. José de Espinharas, Barauna, Passagem, Santa Gertrudes e Salgadinho. Piancó: Bom Jesús, Emas, Riacho do Boi e Socorro. Picuí: Olho d'Agua das Onças, Tanquinhos, Varzea Verde e Canoa de Dentro. Pilar: Barra e Curimataú. Pombal: Arruda Câmara, São Domingos e Maniçoba. Princesa Isabel: Cachoeira de Minas, Cedro, Jurú, Irerê e

Belém. Santa Luzia: Varzea, Picotes e Roça. Santa Rita: Varzea Nova, Forte Velho e Fagundes. São João do Cariri: Malhada em Roça, Santa Luzia, Arecedê, Cochichola, Gurjão e Mucuitú. Sapé: Anta do Sono, Taumata, Fundo do Vale, Caruçú e Riacho da Serra. Serraria: Labirinto e São Bento. Soledade: Escurinho, Fazenda Chico, Pendencia e Ipueira. Souza: Vieirópolis, Ramada, Casinha do Homem. Tapeiroá: Estaca Zero, Barra do Farias e Salgado. Teixeira: Olaria, Cacimbas, Mãe d'Água, Palmeiras e Mãe d'Água de Fora. Umbuzeiro: Vassouras, Cecilia, Fervedouro, Jussaral e Mata Virgem.

Prédios escolares integralmente construídos na atual administração.

1) - GRUPOS ESCOLARES

Campina Grande, Fagundes; Cuité, Barra de Santa Rosa; Guarabira, Alagoinha; Pombal, Condado; Santa Rita, Bayeux; Campina Grande, Séde; João Pessoa, Cruz das Armas, Miramar, Mandacarú e Ilha Indio Piragibe. Soledade, Joazeirinho; Bananeiras, Borboréma; Guarabira, Mulungú; Itabaiana, Séde; Taperoá, Livramento; Catolé do Rocha, Riacho dos Cavalos; Pilar, Jurispiranga.

ESCOLAS RURAIS

Itabaiana, Pernambucoquinho; Caiçara, Lagoa de Dentro; Guarabira, Barra do Cuité, Passagem e Lourenço; Pombal, S. Bento, Desterro, Estrelo e Paulista; Campina Grande, Séde; Mamanguape, Gururí; Ingá, Séde; São João do Cariri e Congo.

Prédios escolares iniciados na atual administração, ainda em construção.

2) - ESCOLAS GEMINADAS

Piancó, Garrotes; Teixeira, Desterro; Pombal, Lagoa e Pereiros; Caiçara, Duas Estradas; Santa Rita, Lucena; Patos, Belo Horizonte; e Itabaiana Guarita.

Convém ressaltar que os auxílios concedidos pelo INEP eram na maioria dos casos insuficientes para a completação das obras a que se destinavam. Por isso, teve o Estado de realizar despesas suplementares, muitas vezes superiores às verbas oriundas daquele Departamento Federal.

No que se refere à conservação dos prédios escolares, além das verbas orçamentárias dispendidas com esta finalidade, várias e vultosas despesas outras foram realizadas através da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas.

Em face do estado em que se encontravam os prédios escolares, no início de minha administração, as dificuldades assumiam tal vulto, inclusive pela extensão do problema e multiplicidade dos casos, sempre renovados, que se tornou impossível, com a exiguidade dos recursos disponíveis, dar-lhes completa solução.

ESCOLAS

b. COM RELAÇÃO AO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

Foram encontradas 605 escolas vagas; e providas, durante o último quinquênio, 407. Muitas deixaram de ser preenchidas, o que se deve às condições de localização, e outras circunstâncias que não justificavam o provimento. É notório que a distribuição de escolas, por motivo políticos ou falta de planejamento racional, obedeceu, em muitos casos, a critérios incompatíveis com o interesse do ensino.

Nêsse período foram nomeadas, 710 professoras diplomadas, para a classe "C", (grande parte fôra, antes, admitida na referência II ou na classe "B", ou para esta já haviam sido nomeada); 50 professoras diplomadas, interinamente, na classe "C"; 30, no cargo isolado padrão "6"; e ^{admitidas} 610 não diplomadas. Quanto a estas últimas, viu-se o Governo forçado a admiti-las, para lecionarem em recantos da zona rural para os quais não foi possível conseguir professoras diplomadas; não, porém, sem o cuidado de seleccioná-las, mediante concurso, realizado em dezembro de 1954.

Pela Lei nº 1.175, de 28.3.55, foi criada dotação para professoras substitutas de escolas isoladas. Nessas unidades escola-

lares que contam com uma professora apenas, o afastamento da titular, determina a interrupção do curso. Como, frequentemente, o afastamento é temporário, seria anti-econômico para o Estado admitir em caráter definitivo, professoras substitutas, daí a iniciativa de criar dotações para as substituições para limitação espaço a tempo.

Graves problemas com que, permanentemente, o Governo tem de defrontar-se, é o deslocamento de professoras, sobretudo da zona rural para os centros citadinos. Procurei, com firmeza, impedir a evasão que sacrificava o sacrifício das escolas rurais. Todavia, além dos casos de remoção, amparadas por lei, como o das professoras, esposas de funcionários públicos que têm de acompanhá-los, quando / removidos; muitos outros se justificavam pela impossibilidade de permanecer a professora em certas localidades, separada da família, e sem meios próprios de subsistência, dada a exiguidade dos salários; tudo decorrente dum problema de ordem geral, que é a carência de meio de vida em grande parte das zonas rurais. A elevação dos / salários das professoras primárias, feita no meu governo, constituiu imperativo e justiça, visava também facilitar a solução desse / problema.

Como quer que seja, nunca deixei de atender para essa situação, nem permiti que as remoções se fizessem sem razões que rigorosamente as justificassem.

MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ESCOLAR

Com a aquisição de material didático, dispendeu o Estado, em Julho de 1952, a quantia de R\$ 291.067,00. Outrossim, conseguiu do INEP em 1951, a quantia de R\$ 650.000,00, destinada a mobiliário escolar.

Em 1952, foram adquiridas 200 salas de aula no valor total de R\$ 1.641.000,00 tendo o Estado contribuído com R\$ 991.000,00, e o INEP com o restante. Em 8.9.1955 foi firmado contrato com as Industrias de Móveis Guelmam para aquisição de 2.000 carteiras indivi-

dubais, já entregue, no valor de R\$ 1.024.900,00.

4. PROVIDÊNCIAS EM FAVOR DO PROFESSORADO

1) Aumento de vencimentos. A lei n. 1.119, de 28.12.955, reestruturou a carreira de professor primário, com elevação dos níveis de vencimentos, incorporação ao quadro de 550 mensalistas.

2) Aposentadoria aos 28 anos de serviço. A lei n. 1333, de 16.11.1955, faculta aos professores de ensino primário e secundário, aos Inspectores Técnicos do ensino e aos Orientadores Educacionais, a aposentadoria aos 28 anos de serviço público.

3) Amparo aos diretores. O ante-projeto de lei, que acompanhou a mensagem governamental de 12.9.1955, que se encontra na Assembleia Estadual, propõe a elevação da gratificação dos diretores de Grupos Escolares e Escolas Reunidas de R\$ 600,00 R\$ 500,00, R\$ 400,00 e R\$ 300,00 para R\$ 1.000,00, R\$ 800,00, R\$ 400,00 e a sua incorporação aos vencimentos dos referidos titulares na aposentadoria.

5. PROVIDÊNCIAS EM FAVOR DO INSPETOR

A lei n. 608, de 13.11.1951, reestruturou a carreira do Inspetor Técnico, do Quadro único do Estado, passando a ter a seguinte estrutura: 3 cargos da classe "K", 4 cargos da classe "J", 6 cargos da classe "I" e 12 cargos da classe "H".

6. REFORMAS E APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO

a) Divisão de Orientação de Pesquisas Educacionais. A lei / n.1.095, de 29.11.954, criou a DOPE, com os serviços de Medidas e Programas, Orientação de Ensino e Pesquisas Educacionais.

b) Escola Modelo. Foi inteiramente reformada em virtude da lei nº 1.168, de 28.3.955, constituindo um centro de revitalização do ensino.

c) Delegacias de Ensino. Pela lei nº 1.205, de 6.4.955, foram criadas 3 Delegacias Regionais de Ensino, localizadas, em cidades que sua posição geográfica mais aptas se mostram a centralizar as atividades de inspeção nas zonas a que pertencem.

d) Orientação Educacional. A lei nº 1.172, de 28.3.955, criou 55 cargos de Orientadores Educacionais, constituindo um corpo de funcionários adestrados e portadores de títulos competentes.

e) Cursos para professores primarios

I) - Cursos itinerantes de orientação de ensino - Por iniciativa da Secretaria de Educação a D.O.P. realizou no mês de fevereiro de 1955, cursos itinerantes de Orientação de ensino primario nos municípios de João Pessoa, Santa Rita, Campina Grande, Sapé, Malta, Pombal, Sousa, Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Cajazeiras, Antenor Navarro e Uiraúna. As aulas foram ministradas por uma equipe de professores especializados pelo INEP, e assistidas por 728 professores primários.

II) - Curso de Orientador Educacional - Realizaram-se na Escola Modelo, dois cursos de Orientadores Educacionais, nos quais tomaram parte 59 professores, 16 diretores de Grupos Escolares e 3 Inspectores Técnicos primários de 21 municípios do Estado.

III) - Curso de preparação para professores de Jardim de Infância - Realiza-se na Escola Modelo com a duração de 2 meses um curso intensivo de preparação de professores de educação pre-primária. Estão matriculadas 36 alunas mestras dos municípios de João Pessoa, Esperança, Santa Rita, Bananeiras, Patos, Pombal, Cajazeiras, Alagoa Grande e Malta.

IV) - Estágio pedagógico para professores de 1ª série - - Ponde em prática uma de suas finalidades - a de orientar os professores regentes de classes, no desempenho de suas funções, a D.O.P.E., realizou no período de 1º de setembro a 30 de outubro do ano em curso, um estágio para regentes de classe de 1ª série e classe de iniciação. Compareceram às aulas 50 professoras, com exercício nos Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Isoladas da Capital. Após o encerramento das aulas, realizou-se uma exposição do material didático, - confeccionado pelas professoras que frequentaram o Curso. Receberam certificados 50 professoras, as quais atenderam 75% de frequência a apresentação de trabalhos.

V) - Reuniões pedagógicas - A D.O.P.E., realizou nos meses de abril, maio, julho, agosto, setembro e outubro 8 reuniões pedagógicas de orientação aos professores regentes de Classes sobre o programa de ensino, sugestões e esclarecimentos para execução do mesmo, e instrução sobre elaboração, aplicação e correção das provas - objetivas, inclusive das tabelas de correção da composição nas classes primárias.

VI) - Programa de ensino - Em virtude do atraso da Imprensa Oficial em imprimir o Programa de ensino elaborado por uma comissão de professores primários e submetidos a apreciação do INEP, a D.O.P.E., distribuiu às Escolas Primárias do Estado, mimeografado, o programa mínimo a ser atingido em cada série primária.

f) Exames de suficiência para professores de referência I
Constatando a Secretaria de Educação e Saúde a necessidade de seleção das professoras não tituladas, determinou a realização

em dezembro de 1954, de exames de suficiência nos quais tomaram parte 340 professores de Ref. I, das zonas rurais e urbanas do Estado. A D.O.P.E., teve a seu cargo a elaboração, orientação e julgamento das provas mediante tratamento estatístico, bem como representação gráfica dos trabalhos.

g - Seleção de candidatos aos cursos de Orientação Educacional e de bolsistas do INEP.

A D.O.P.E., encarregou-se da seleção de candidatos aos Cursos de Orientação e Bolsas do INEP, elaborando e aplicando testes de nível mental e Conhecimentos Gerais.

h - 84 professoras selecionadas pela Secretaria de Educação e Saúde, tiveram oportunidade de estagiar nos mais adiantados centros educacionais do país.

Em 1951 - Jardim de Infância no Recife - 2

Inspeção Escolar - no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo - 1. De enfremagem na Escola de "Ana Nery" - no Rio de Janeiro - 1.

Em 1952 - Orientação de Ensino no Rio de Janeiro - 4 Jardim de Infância - no Rio de Janeiro - 1. Desenho e Trabalhos Manuais - no Rio de Janeiro - 2 Direção de Escolas Primárias no Rio de Janeiro - 2 Ensino Rural - no Rio de Janeiro - 1 Regentes de Classes do Ensino Rural em Areia - 15

Em 1953 - Trabalhos Manuais e Artes Aplicadas - Sector Pre-vocacional - no Rio de Janeiro - 2. Aperfeiçoamento de professores rurais em Belo Horizonte - 2. Ensino Rural CRINEP - Em Pernambuco - 2 Canto Orfeônico - em João Pessoa - 12.

Em 1954 - Orientação do professorado de Metodologia - no Rio de Janeiro - 2 Aperfeiçoamento do Professor Primário no CRINEP da Bahia - 3 Jardim de Infância - no Bennette - Rio de Janeiro - 1 Orientação Técnica Pedagógica - CRINEP - no Rio Grande do Sul - 3 Medidas e Orientação Educacionais - Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - 1 Pre-vocacional - Rio de Janeiro - 1

Em 1955 - Preparação de Professores de Artes Aplicadas - no Rio de Janeiro - 1 Trabalhos Manuais e Artes Aplicadas - no Rio de Janeiro - 1 Preparação de Professores para a Fase Pre-Escolar no Rio de Janeiro - 2 Preparação de Professores para débeis mentais - 1 Preparação de professores para Regentes de Classes - no Rio Grande do Sul - 5 Orientação do Ensino Primário - no Rio de Janeiro - 2. - Orientação em Recreação e Jogos - 1 Preparação de Professores para cegos - no Benjamin Constant - no Rio de Janeiro - 1 Serviço de Assistência e Psicopatas - no Recife - 3 - Educação Artística - 1 Educação Física - 3

i - Curso a realizar-se em Dezembro de 1955

Psicologia Educacional - no Rio de Janeiro - 1 Sociologia

Educacional - no Rio de Janeiro - 1 .

Curso de Férias para professores primários rurais em Areia, com a cooperação do Governo do Estado - 50.

j - Pareceres

Atendendo solicitação do Departamento de Educação, foram apreciadas, sob o ponto de vista pedagógico, várias obras didáticas e dado pela D.O.P.E., o respectivo parecer.

k - Serviço Social Escolar

A lei nº 1.203, de 4.4.955, criou o Serviço Social Escolar.

l - Ampliação dos serviços dentários nos Grupos Escolares - ante-projeto de 11.11.955.

m - Campanha da Merenda Escolar

Criada pela lei nº 354 de 7.10.949, mediante um convênio entre o Governo do Estado e o Ministério de Educação e Cultura e reorganizada em

n - Divisão do Ensino Rural

Divisão do Ensino Rural, profissional e supletivo órgão destinado a organização e orientação técnica pedagógica desses sectores do ensino. CINEMA EDUCATIVO, ante-projeto de lei, mensagem de .. 23.7.955.

o - Alteração na Lei Orgânica e na lei nº 864 de 30.12.952.

* * *

Depois de apreciada, em conjunto, a nova política educacional instaurada, na Paraíba, graças à criação de novos órgãos e serviços técnico-administrativos, e a vigilante e continuado trabalho de ajustamento e aperfeiçoamento, veja-se, em rápida síntese, o programa executado em cada um destes setores:

a) - Formação de Equipes

Em primeiro lugar, cuidou a Secretaria de Educação de formar equipes especializadas, e capazes de promover, sob a orientação desse Departamento de Estado, as reformas que se faziam necessárias.

Já foi anotado, linhas atrás, que 83 professoras, escolhidas mediante rigoroso critério seletivo inclusive prestação de provas, foram enviadas aos centros educacionais mais adiantados, do país, afim de realizar estágios, sendo, depois aproveitadas no Estado. Já teve o INEP oportunidade de elogiar essa orientação, contrastando com a de alguns outros Estados que não dão oportunidade de aproveitamento das professoras bolsistas.

O acerto das escolhas foi confirmado pelos resultados obtidos pelas bolsistas paraibanas. Tivemos também a satisfação de ver consagrados os esforços realizados no setor educacional, através de autorizados pronunciamentos, como de D. Zenaide Cardoso, assistente técnico do Diretor do INEP, que visitou a Paraíba, e de D. Eloah Brodt Ribeiro, Diretora do CRINEP do Rio Grande do Sul, cujo ofício, dirigido à Secretaria de Educação, abaixo reproduzimos:

(Porto Alegre, 18 de agosto de 1955.-Of. nº 21 -IImo. Sr Dr. Durmeval Trigueiro - DD. Secretário de Educação e Cultura. Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência para apresentar-lhe meus cumprimentos pelas iniciativas que, na qualidade de Secretário de Educação, vem tomando no sentido de difundir, nesse Estado, as modernas técnicas pedagógicas de tão alta significação para o desenvolvimento educacional. - Acompanhando com interesse tudo que vem realizando no setor da educação, não posso deixar de congratular-me com Vossa Excelência por suas realizações, pela feliz designação da Diretora do Serviço de Orientação Educacional, pelo grupo de auxiliares de que soube cercar-se. Entre estas conheço, pessoalmente, além de Conceição de Freitas, as professoras Antonia, Idelzuith e Maria do Céu que realizaram estágio aqui no ano passado. São elementos capazes, dedicados e que num trabalho de equipe poderão dar uma valiosa contribuição ao ensino.

Quanto às professoras desse Estado que ora se encontram aqui, tenho procurado proporcionar-lhes tôdas as oportunidades de aperfeiçoamento; julgo que aproveitarão bastante pelo interesse que têm demonstrado pelas atividades programadas. - Valho-me do ensejo para agradecer. - Ass. Eloah Brodt Ribeiro - Diretora do CRINEP); e o eminente educador patricio, Dr. Anísio Teixeira, Diretor do INEP, reconhecendo o empenho com que se realizando na Paraíba e racionalização e atualização do ensino, tem prestado inestimável cooperação, por iniciativa propria ou atendendo às solicitações que lhe têm sido feitas.

Jamais tivemos o propósito de preterir os capazes ou, o que será inconcebível mesquinhez, a preocupação de prejudicar quem quer que seja ou qualquer classe de servidores. Mas por outro lado, não era lícito conferir encargos a quem não estivesse em condições de assumi-los, por desídia comprovada ou por falta de capacidade técnica, decorrente muitas vezes, do desinteresse pelo estudo e pela assimilação das novas diretrizes do ensino.

A criação da Divisão de Orientação e Pesquisas Educacionais da Escola Modelo e de outros órgãos e serviços constituia uma necessidade premente, como prova inicial para corrigir as clamores -

sas deficiências verificadas na organização do ensino primário. Arrastava-se no empirismo, sem rumo certo, abandonada à rotina e frequentemente à inexperiência, de professoras que não dispunham dum órgão técnico de consulta, nem de um programa diretivo, nem duma assistência organizada. Regendo-se por velhas praxes absoletas, com orientadores inadestrados e sem contacto com as diretrizes modernas, os quais agiam por inspiração pessoal, nem sem haurida nos estudos e nas experiências já consagradas nas praticas pedagógicas vigentes. Decadência crescente por falta de vitalidade, de base científica, de arejamento intelectual, de formação técnica, e não raro, de verdadeiro idealismo.

Precisava-se de orientação, firmada no conhecimento abjetivo dos problemas, através da pesquisa e da racionalização dos métodos. Precisava-se de novo programa de ensino, baseado nos dados de psicologia experimental das técnicas metodológicos. Impunha-se a realização de cursos, e sobretudo, a criação duma Escola Modelo, laboratório de pesquisas educacionais, centro de aprendizagem, e insubstituível elemento de formação das alunas do Instituto de Educação.

Era inadiável o reajustamento dos serviços de fiscalização, cujas falhas respondiam em grandíssima parte, pelo declínio desolador do ensino, com inspetores-evidentemente nem todos que não inspecionavam, nem informavam, nem orientavam, enquanto irregularidades, deteriorações de prédios, transferências de professores sem portaria, e outras deficiências ocorriam sem o conhecimento das autoridades superiores.

A falta de informações verdadeiras e atualizadas, de vigilância, de exação no cumprimento do dever, por parte de vários inspetores tiveram as mais funestas consequências; se bem que não só a êles, se devam imputar as deficiências. Pois noutros setores do ensino, havia e há muito que corrigir, sobretudo tratando-se dum corpo de funcionários com a extensão que tem o de Secretário de Educação.

Agora procuremos destacar os vários setores a que nos vimos reportando.

b) Divisão de Orientação e Pesquisas Educacionais

1 - ORGANIZAÇÃO - A Divisão de Orientação e Pesquisas Educacionais, distribui suas atividades pelas secções de: PESQUISAS PEDAGÓGICAS - MEDIDAS E PROGRAMAS - ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.

Cada uma dessas secções, encarregada dum setor específico, integra um plano geral elaborado pela direção.

2 - A SECCÃO DE PESQUISAS PEDAGÓGICAS encarrega-se de - aplicação de testes psicológicos - pesquisas sôbre a criança nos aspectos psicológicos - orientação para classes especiais - planos e informações dentro do campo e suas atividades.

3 - A SECCÃO DE MEDIDAS E PROGRAMAS compete: - aplicar testes de

experimentação - elaborar e fornecer às unidades escolares, medidas de aferição de conhecimentos, baseadas em critério científico. É ela a organizadora das provas finais e de promoção, não o fazendo, porém, de um modo empírico. As questões são previamente medidas em seu grau de dificuldade, e as provas elaboradas em consonância com os cânones de ordem técnica, estabelecidos pela ciência.

Com o objetivo de uniformizar os critérios de medida do rendimento escolar e avaliar melhor a aprendizagem, o Serviço de Provas e Medidas procura estabelecer padrões de aferição independentes do fator pessoal. Assim utiliza para correção de sentenças e composição, tabelas (análogas às elaboradas no I.P.E. do Distrito Federal e C.P.O.E. do Rio Grande do Sul), com base na distribuição dos erros verificados nas diferentes séries e à luz de novos métodos estatísticos. - Realizar tratamento estatístico dos resultados dessas medidas a fim de estabelecer limites de aprovação, análise e interpretação dos índices obtidos, baseados em amostras representativas da coletividade escolar.

4- A SECCÃO DE ORIENTAÇÃO está distribuída a tarefa de:- organizar planos de orientação fundamentados nos resultados das pesquisas realizadas. - Cooperar na elaboração de programas escolares bem como na organização de cursos de aperfeiçoamento para professores. - Analisar os livros didáticos a serem adotados e dar parecer sobre os mesmos.

5- DISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO - Embora haja discriminação regulamentada por lei, todos os trabalhos da D.O.P.E. são realizados em cooperação por uma equipe de oito professores do magistério primário, especializados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e pelo Curso de Orientação Educacional do Estado e que integram o corpo de funcionários da Divisão.

6- ATIVIDADES - REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO - planejada pela Secretaria de Educação e Saúde, vem realizando-se de 1954 a 1955, a reforma do Ensino Primário no Estado. Deste plano que constou com a valiosa e constante cooperação da D.O.P.E. resultaram: - criação de uma Escola padrão, destinada a pôr em prática as técnicas da moderna metodologia, proporcionando, às alunas professoras do Instituto de Educação, o aprendizado didático e observação direta das manifestações bio-psíquicas da infância, mantendo ainda: Cursos de especialização para orientadores do ensino, regentes de Escolas e Jardins de Infância. - Divisão do Estado em Regiões - constituindo cada uma delas uma Delegacia Regional de Ensino, - com o fim de superintender, fiscalizar e orientar os serviços técnicos da circunscrição escolar a seu cargo. - Criação do corpo de Orientadores Educacionais, encarregados da orientação técnico pedagógico do Ensino, nos Municípios do Estado.

7- PROGRAMA DO ENSINO - considerando a necessidade de dotar as escolas primárias do Estado de um programa elaborado dentro das novas técnicas do ensino, o Departamento de Educação, confiou esse em cargo a uma comissão de professores primários, presidida pelo Diretor da D.O.P.E. Desincumbindo-se da missão que lhe foi confiada, a comissão elaborou e apresentou um novo programa o qual mereceu aprovação dos técnicos de Educação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a cuja apreciação foi submetido. Distribuído pelas unidades escolares do Estado, logrou franca aceitação por parte dos regentes de classe.

8- EXAMES FINAIS E DE PROMOÇÃO EM 1954 - A Divisão de Orientação e Pesquisas Educacionais elaborou, e orientou a aplicação e julgamento das provas finais e de promoção, nos Grupos Escolares da Capital e na cidade de Campina Grande. - Exames de suficiência para professores de Referência I - realizaram-se em dezembro de 1954, exames de suficiência, nos quais tomaram parte 340 professores de Referência I, das zonas rurais e urbanas do Estado. A D.O.P.E. teve a seu encargo a elaboração, orientação e julgamento das provas mediante tratamento estatístico bem como representação gráfica dos trabalhos. - Seleção de candidatos aos Cursos de Orientação Educacional e de bolsistas do INEP. - A D.O.P.E. e Bolsas do I.N.E.P., elaborando e aplicando provas constantes de testes de nível mental e conhecimentos. - Semana de Orientação: - nas atribuições da Divisão está incluída a de proporcional ao magistério primário, oportunidade de aperfeiçoamento quanto à aplicação de técnicas pedagógicas e renovação de processos didáticos, o que deve ser feito mediante Cursos intensivos, estágios, reuniões, conferências, etc. Com esse objetivo, a D.O.P.E., cumprindo determinação da Secretaria de Educação e Saúde, realizou durante o mês de fevereiro, semanas de orientação, nas quais tomaram parte, professores de diversos municípios. As aulas foram ministradas por equipes de professores especializados. Tiveram início, simultaneamente, em três municípios do Estado, abrangendo o total de doze Municípios na ordem que se segue: 1ª semana: - João Pessoa, Cajazeiras e Pombal; 2ª semana: Santa Rita, Antenor Navarro e Catolé do Rocha; 3ª semana: Campina Grande, Uiraúna e Brejo do Cruz; 4ª semana: Sapé, Sousa e Malta. Essas aulas, além dos objetivos já mencionados, incluíram no seu programa a orientação do professor na organização e funcionamento das Escolas Rurais. Consta das disciplinas seguintes: Metodologia - Aulas práticas e teóricas sobre a metodologia da: linguagem, matemática, geografia, história e ciência naturais. Jardim de Infância: aplicação do teste ABC. Instituições Escolares: demonstração como se deve organizar as instituições complementares da escola. Medidas educacionais: tipos de medidas - normas para elaboração e aplicação de provas objetivas - Características do julgamento objetivo, subjetivo - sugestões para

o ensino do ditado - composição - avaliação da nota final e de promoção - Noções de estatística escolar. Administração Escolar: conceito, direção e matrícula - programas e horários. Educação rural: Noções de agricultura, fruticultura (aulas teóricas e práticas) clubes agrícolas - Higiene escolar Desenho: artes aplicadas e trabalhos manuais. As aulas constaram de: - exposição do assunto de cada disciplina - distribuição de quadros sinóticos minuciosos - demonstração prática da metodologia do desenho e trabalhos manuais. EXPERIMENTAÇÃO - atendendo à necessidade de coligir material para elaboração de provas objetivas, a D.O.P.E. realizou, nos meses de junho, julho e agosto, provas de experiência. Para isso foi escolhido um Campo Experimental, composto de unidades escolares de diversas regiões do Estado, dando a oportunidade de reunir alunos de diferentes vivências, constituindo esse campo uma amostra representativa da população escolar. As provas que foram aplicadas em todas as séries do Curso Fundamental e no Complementar, tiveram, depois de corrigidas, as suas questões medidas e classificadas de acordo com o grau de dificuldade, apresentada. - FICHÁRIO - com o material das provas de experiências, aplicadas durante o ano, está sendo organizado um fichário de informações relativas à graduação de dificuldades, de todas as matérias das séries do Curso Primário e Complementar registradas em fichas especiais. - PARCERES - Atendendo solicitação do Departamento de Educação, foram apreciadas, sob o ponto de vista pedagógico várias obras didáticas e dado por esta Divisão o respectivo parecer. Foram ainda analisadas, quanto às exigências pedagógicas e higiênicas, vários tipos de carteiras escolar e dado parecer de acordo com as conclusões obtidas. ESTÁGIO PARA REGENTES DE CLASSES - sendo em prática uma de suas finalidades - a de orientar os professores regentes de classes, no desempenho de suas funções, a D.O.P.E. realizou, no período de 1ª de setembro a 30 de outubro do ano em curso, um estágio para regentes de 1ª série e classe de iniciação. Compareceram às aulas 50 professores, com exercício nos Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Isoladas da Capital. O Estágio teve como objetivo: - proporcionar, aos professores, oportunidade de revisão e aperfeiçoamento da técnica de ensino nas classes de 1º ano. - Oportunizar a seleção e preparo de material didático - facilitar o intercâmbio de idéias e sugestões entre professores da 1ª série. O programa elaborado constou do seguinte: aulas teóricas - unidades de estudo; - linguagem - necessidade e importância do "Período Preparatório", atividades a desenvolver nesse período. Orientação didática do emprego das gravuras, histórias, dramatizações, poesias, excursões. Leitura - Técnica do ensino da leitura pelo processo global (método de contos). - bases psicológicas dos métodos de ensino da Leitura, Parte prática - apresentação e confecção do material didático para o desenvolvimento das aulas. Matemática - período preparatório

- observação sôbre os conhecimentos da criança - primeiros passos na aprendizagem, Concretização do ensino da matemática associação da matemática às situações reais da vida. - Necessidade da motivação e objetivação no ensino da matemática. - Idéia de número através à experiência sensorial. - Apresentação motivada do símbolo numérico. - Apresentação concreta dos fatos fundamentais da adição e subtração. Tipos de problemas usados na 1ª série Parte Prática: - apresentação e confecção de material para concretização das aulas. - Escrita - Objetivos - Aprendizagem da Escrita - Motivação da Escrita - Apreciação da Escrita e Exercícios de Escrita compreendendo, Exercícios preparatórios, exercícios de escrita correta, exercícios corretivos das anomalias em escrita. Estudos Sociais e Naturais: finalidade do ensino pre-geográfico - e meio geográfico infantil - sua vida no lar e na escola. - Observação e objetivação à aprendizagem da Geografia. - A vida da criança em casa, na escola. - Observação concreta dos fatos levando à motivação. - Orientação didática na apresentação dos fatos históricos, por meio de gravuras, datas cívicas, etc. - Conhecimento dos animais e vegetais que cercam a criança no pequeno mundo em que vive. - Noções de Higiene - Parte prática - apresentação e confecção do material didático para fixação da aprendizagem. Após o encerramento das aulas, realizou-se uma exposição do material didático confeccionado pelas professoras que frequentaram o Curso. Receberam certificado professoras, as quais atenderam as exigências mínimas de 75% de frequência e apresentação de trabalhos. PROVAS DE EXAMES FINAIS e de promoção das Escolas Primárias. A C.O.P.E. elaborou e distribuiu, através das Delegacias Regionais do Ensino, a todas as unidades escolares do Estado, provas para aferição do rendimento da aprendizagem em todas as matérias do Currículo primário e Curso Complementar. Após a correção e apuração das provas, será feito, por esta Divisão, o tratamento Estatístico para determinação do score de aprovação, bem como a representação gráfica dos resultados obtidos.

c) - ESCOLA MODELO

Conforme acentuei na última mensagem enviada à Assembléia Legislativa, "Articulando-se, orgânicamente, ao novo sistema de ensino, a Escola-Modelo, inteiramente reformada em virtude da Lei nº1168, de 28.3.55, constitui um centro de revitalização e experimentação do ensino. Em conexão com a Escola de Professores do Instituto de Educação, enseja às professorandas a aprendizagem gráfica das técnicas pedagógicas. Através dela se processa o ensino-padrão, ministrado por professoras que estejam aptas, pelo tirocínio pedagógico e o contacto com as novas diretrizes educacionais, a promover o aperfeiçoamento técnico do ensino primário.

A Escola-Modelo tem duas tarefas fundamentais: realizar o ensino modelar, que, aproveite às professoras, permitindo-lhe acompanhar, diretamente, a ministração prática dos cursos; e manter cursos de aperfeiçoamento para professoras primárias. Alí deverão estagiar as regentes de classe do interior, adquirindo a necessária cultura e experiência pedagógicas, que até agora, têm procurado o centro educacionais do sul do país. Os estágios nesses apenas beneficiam, evidentemente, número reduzido de professoras, enquanto a Escola-Modelo e o Curso de Aperfeiçoamento de Professores, mantido de modo permanente, na Capital, poderão favorecê-las, amplamente, extendendo a sua influência a todos os municípios e em qualquer época do ano.

A Escola-Modelo, que se encontra em pleno funcionamento, está em condições de habilitar Delegados de Ensino, Orientadoras Educacionais, Regentes de Escola e Encarregados de provas e medidas educacionais: prover a formação de professores primários especializados em educação pré-primária, desenho e artes aplicadas; e manter / cursos de aperfeiçoamento para os candidatos ao magistério não diplomados:

I) - CORPO DOCENTE

Todas as professoras da Escola Modelo, em número de quatorze, possuem curso de especialização, feitos através do INEP.

II) - MATRÍCULA

A matrícula geral, no fim do ano, foi de 118 alunos, convindo ressaltar que funcionaram apenas o Jardim da Infância e 3 fases / do 1º ano.

III) - REUNIÕES DE PROFESSORES

Todos os sábados, realizaram-se reuniões dos professores, / a fim de tratarem do planejamento das aulas da semana seguinte, do Centro de Interêsse e de outros problemas de interesse da Escola havendo, na mesma oportunidade, entrega dos planos de aula, os quais são arquivados na Secretaria.

IV) - ATIVIDADES EXTRA-CLASSE:

- a) - Excursões, apresentação, no auditório da Escola, do Tea-
trinho de Sombra e de filmes infantís;
- b) - merenda escolar, iniciada a 14 de agosto;
- c) - clube agrícola, fundado pelos professores alunos do Cur-
so de Orientadora Educacional, em 23 de abril, e depois entregue às
crianças;
- d) - Circulo de pais e mestres: Realizado a 25 de fevereiro
a primeira reunião, seguiram-se várias outras, até a realização em a-
bril da eleição da Diretoria do C.P.P.

V) - FESTAS ESCOLARES

Festa de entrega de Livros; inauguração das instalações do /
Jardim da Infância; Pascoa; Dia das Mães; Mês de Maio; procissão de /
Fátima; São João; Dia do Papai; instalação da merenda escolar; Semana
da Pátria; Dia da Árvore; Semana da Criança; Dia da Bandeira; 1ª Comu-
nhão; Natal e entrega das notas.

No encerramento do ano letivo, apresentou-se a "Bandinha - /
Rítmica" da Escola, sob a direção da professora Maria das Mercês Araújo.

d) DELEGACIAS REGIONAIS DO ENSINO

A criação dêsse novo órgão se impôs pela constatação de sensíveis falhas no aparelho fiscalizador do ensino. Sendo impossível a execução de nova política educacional sem uma eficiente fiscalização, foram instituídas, na Secretaria de Educação, três Delegacias de Ensino, sediadas em Campina Grande, Guarabira e Catolé do Rocha.

Foram escolhidas essas cidades por reunirem as melhores condições para centralizar as atividades de inspeção nas várias zonas do Estado.

O objetivo primordial era a descentralização das atribuições pertinentes ao Departamento de Educação, cabendo aos Delegados Regionais, que dispõem de transportes próprios, orientar e fiscalizar, com a devida presteza, os serviços afetos à sua jurisdição.

A aplicação dessa reforma, se trouxe novos ônus financeiros ao Estado, possibilitou, por outra parte, algumas alterações no aparelho fiscalizador do ensino, de que resultou apreciável redução nas despesas públicas, com a extinção de seis cargos de Inspetor Técnico de Ensino, e de cinquenta e cinco funções gratificadas de Inspetor Auxiliar do Ensino.

Primeiramente, para a instalação das Delegacias, foram adquiridos mobiliários, material de expediente, fichário, etc., e organizado o corpo de auxiliares.

Em seguida, foram logo incumbidas pela Secretaria de Educação de uma ampla tarefa, a elaboração de relatório acerca do ensino no Estado, com dados completos sobre os prédios escolares, mobiliários, situação das professoras e vários outros

problemas cujo conhecimento se fazia necessário como base para os reajustamentos planejados. Pois, há menos de um ano, concluídos os estudos preliminares à reforma do ensino, com base em amplas pesquisas, observações e experiências, é que foram dados os primeiros passos eficazes nêsse sentido. É um programa iniciado, que se consolidará pela continuidade dos esforços até agora empreendidos.

Várias reuniões pedagógicas foram realizadas pelas Delegacias de Ensino, delas tendo participado, através de Grupos distintos, quasi todas as professoras do Estado. Nesses encontros, que tinham a assistência das Orientadoras Educacionais, se debateram problemas educacionais e diretrizes a serem adotadas.

Além disso, cumprindo um dos seus principais cargos, que é o de fiscalização, os Delegados cobriram toda a área sob o seu contrôle; e participaram da aplicação das provas objetivas, no mês de Novembro.



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

João Pessoa, Pb.

e) ORIENTADORAS EDUCACIONAIS

Conta, hoje, a quasi totalidade dos municípios do Estado, com Orientadoras Educacionais, preparadas em cursos especiais, na Escola Modelo.

A falta desse serviço era das mais danosas ao ensino. Depois de planejada a reforma era necessário a presença de elementos preparados para executá-la. O trabalho de Inspectores estava circunscrito às diligências meramente fiscalizadoras, alguns deles pelo longo tempo de serviço, não apresentando condições para desenvolver maiores atividades, faltando, assim, ao ensino, o sopro renovador, o élan construtivo, a preocupação técnica de inspiração moderna. Além do mais, havendo Orientadora em cada município, esse trabalho poderia ser assíduo, vigilante e eficiente, tanto quanto convém. Aliás, a organização do ensino secundário demonstra a conveniência de que haja, além dos inspectores, orientadores educacionais. Na Lei Orgânica que rege cada estabelecimento de ensino deve ter um orientador que será o conselheiro, o animador, o técnico educacional. Embora descumprido, o dispositivo legal reflete a convicção do legislador, da necessidade desse serviço.

Havia necessidade, outrossim, de ligar a professora sobretudo a inexperiente, a uma organização que tecnicamente a auxiliasse e amparasse; não tendo de debater-se no esforço solitário - como antes acontecia - para resolver, sem qualquer ajuda, problemas que demandam experiência e estudos atualizados.

Os Orientadores Educacionais, em número de 23, nomeados em Agosto do ano findo, colaboraram, eficientemente, na orientação ao professorado dos seus municípios e na aplicação de provas ex-

perimentais, realizada no ano passado e de promoção e finais, para verificação do rendimento escolar. Sem a cooperação dos referidos orientadores, tornar-se-ia mais difícil, talvez impraticável, a aplicação dessas provas.

Constou a orientação, acima referida, de reuniões pedagógicas realizadas nas sedes com o comparecimento de professores do meio rural, sendo aproveitados para isso, os dias de recebimento de vencimentos. Tendo assumido as funções, somente em fins do segundo semestre, suas primeiras atividades foram encaminhadas no sentido de esclarecer o professor sobre a realização das provas de promoção e exames finais a serem aplicadas em caráter objetivo. Visaram, de preferência, orientar o regente de classe nos seguintes pontos:

- a) - desenvolvimento dos exercícios de redação, forma de apresentação, correção e julgamento;
- b) - interpretação da leitura silenciosa;
- c) - desenvolvimento do raciocínio nos exercícios de matemática;
- d) - motivação e objetivação dos mesmos;
- e) - apresentação de situações problemáticas dentro de experiências reais da vida;
- f) - transmissão de conhecimentos elementares sobre Estudos Sociais e Naturais, matéria até então posta em segundo plano, em algumas unidades escolares do Estado;
- g) - tipos de testes a serem empregados para verificação de rendimento.

1. Na aplicação das provas de fim de ano, tiveram a seu cargo, em cooperação com os diretores e regentes, a organização das bancas examinadoras, tomando parte ativa nos trabalhos de correção e julgamento.

2. Como planejamento de futuras atividades foi realizado há poucos pela Divisão de Orientação e Pesquisas Educacionais, um

tríduo de orientação pedagógica, com presença dos Delegados Regionais e Orientadores Educacionais. Nessa ocasião foi apresentado o Programa do Ensino Primário, afim de que, estudado cuidadosamente, sirva ele de roteiro a um trabalho didático eficiente. Por sua vez, cada orientador apresentou um planejamento a ser realizado, durante o 1º semestre, no seu município, trabalho desenvolvido de acôrdo com as sugestões e organização da DOPE.

Assim poderá se desenvolver um trabalho didático baseado em moldes uniformes enquanto isto convier - segundo a orientação do INEP quanto à aplicação do Programa Oficial do Ensino.

Através de dois cursos intensivos, realizados em 1955, junto à Escola Modelo foram preparadas duas turmas de Orientadoras Educacionais, já nomeadas, e distribuídas por quasi todos os municípios do Estado.

Os cursos eram constituídos das seguintes matérias: Psicologia Educacional, Biologia Educacional, Sociologia Educacional, Educação Física, Recreação e Jogos, Medidas Educacionais, Escrita e Administração Escolar, Estatística Educacional, Instituições Escolares, Jardim de Infância, Desenho e Artes Aplicadas, Indústrias caseiras, Clube Agrícola, Metodologia geral e especializada e Redação Oficial, Higiene Rural, Técnica Catequética e critica cinematográfica.

f) ENSINO RURAL

Só recentemente pode ser decretada, pela Assembléia Legislativa, a lei que instituiu a Divisão do Ensino Rural. Trata-se dum problema a que sempre dediquei especial atenção: tanto que, mesmo antes de organizados os serviços de ensino rural, nos moldes fixados na mencionada lei, já vinha o Governo, através da Secretaria de Educação, envidando todos os esforços no sentido da formação de professores especializados e de incrementação de novos processos educacionais, na zona rural. Foi concedida a várias professoras a oportunidade de realizarem estágios em outras unidades da federação ou no próprio Estado; organizaram-se, com a cooperação deste, cursos de férias em Areia, valendo lembrar que a realização de último desses cursos se deve à iniciativa do Governo junto ao Ministério da Agricultura e a Diretoria da Escola de Agronomia daquela cidade, com a qual colaborou, pondo-lhe à disposição professores do Estado e prestando-lhe ajuda financeira.

Graças, outrossim, à intervenção do Governo, foi instalada em Sousa, no ano passado, uma Escola de Economia Doméstica, mantida pelo Ministério da Agricultura, igualmente com a colaboração do Estado. Nessa Escola se encontram várias professoras estagiárias de vários municípios do Estado.

Nos municípios de Sousa e Alagoa Grande encontram-se em fase de conclusão dois grandes prédios, destinados a Escolas Normais Rurais.

A Divisão do Ensino Rural, Profissional, e Supletivo, recém-criada, tem as seguintes atribuições: I - Administrar

e orientar tecnicamente o Ensino Rural, Profissional e Supletivo no Estado; II - Adotar um programa flexível, aplicável às condições do meio; III - Modificar, fundamentalmente, a atitude do público em face da educação rural; IV - Possibilitar, por meio de uma assistência regular e contínua, o bem estar social das comunidades rurais; V - Proporcionar conhecimentos e habilitação técnica necessária à vida e ao progresso local das zonas rurais; VI - Promover cursos de treinamento para professores rurais; VII - Solicitar cooperação das entidades federais, municipais ou particulares, quando se fizer necessário.

A Divisão do Ensino Rural, Profissional e Supletivo atende aos dispositivos acima, através dos seguintes setores: I - Setor Educacional; a) Orientação Pedagógica; b) Federação dos Clubes Agrícolas; c) Economia Doméstica; II - Setor do Serviço Social a) Médico; b) Religioso; c) Recreativo; III - Setor Econômico: a) Agro-pecuário; b) Artesanal.

A Divisão do Ensino Rural, Profissional e Supletivo deve articular-se com a Divisão do Ensino Primário e a de Pesquisas e Orientação Educacional, para a boa realização dos seus trabalhos, em regime de cooperação.

6 Ultimamente, vinha desenvolvendo esforços para a instalação, na Paraíba, de Centros de Treinamento Rural, Elaborado o plano por técnicos do Estado, sob a presidência da Secretaria de Educação e Cultura, solicitei a cooperação do INEP e do Departamento Nacional de Educação, pondo à disposição desses órgãos federais prédios escolares e áreas agrícolas necessárias à sua execução.

Trata-se duma iniciativa que encontrando possibilidade de prosseguimento, produzirá excelentes resultados para o desenvolvimento de uma educação ruralista, na Paraíba.

g) CINEMA EDUCATIVO

A criação do Cinema Educativo, pela lei nº 1 417, de 26.12.1 955, constitui complemento indispensável à renovação do ensino.

Apesar do empenho do Governo em deixá-lo devidamente equipado, não dispõe, para êste fim, de recursos orçamentarios na época de sua criação; não tendo, outrossim, obtido êxito desejado nos esforços que empenhou junto ao Serviço Nacional do Cinema Educativo, visando a objetivação dum convênio com êsse órgão do Ministério de Educação para conseguir auxílios federais.

Caberá à nova administração a execução dêste plano que faz parte da reforma educacional que se vem realizando na Paraíba.

h) SERVICO SOCIAL ESCOLAR

A criação do Serviço Social Escolar, pela lei 1 203, de 4 de abril de 1 955, foi resultado de metuculoso exame de sua necessidade e formas de aplicação ao nosso meio.

As atividades educacionais, modernamente, não se restringem, apenas, às técnicas pedagógicas e aos processos de aprendizagem. A educação só realiza plenamente os seus fins se chega

a interessar-se por todos os aspectás da personalidade do educando, tornando-a apta a tirar o maior proveito da ação educativa.

Em todos os agrupamentos escolares, só escassa minoria se acha em condições ideais de aproveitamento; a maior parte dos educandos é prejudicada pela intercorrência de diversos factos que reduzem, ou anulam, em alguns casos, as possibilidades de rendimento. O desajustamento no lar, as condições de saúde, a inadapabilidade escolar, e outros tantos problemas constituem um campo a que permanece estranho o professor, absorvido totalmente nas suas tarefas ordinárias.

O Serviço Social Escolar, utilizando-se dos métodos específicos do Serviço Social: Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Comunidade, procura prestar ao aluno a assistência de que êle carece para obter o melhor aproveitamento na escola.

Para dirigir êsse Serviço, foi nomeada uma assistente Social, que ainda está a braços com a sua organização; devendo ser admitidas novas funcionárias, de acôrdo com a expansão do Serviço.

Eis alguns tópicos do relatório apresentado à Secretaria de Educação pela diretoria do Serviço Social Escolar, dando contas de sua atividade no curto período percorrido desde a sua fundação: "ATIVIDADES REALIZADAS: De início procuramos criar um ambiente de aceitação do nosso trabalho entre professores, pais e alunos. Para isto mantivemos contacto com cada classe, mostrando aos alunos qual a finalidade do novo serviço. Familiarizamo-nos com os principais problemas da direção e do professorado dos Grupos Escolares.

Quanto ao Serviço Social de Casos, realizamos:

Entrevistas com alunos	82
Entrevistas com pais	20
Visitas domiciliâres	6

Encaminhamentos18

As entrevistas eram realizadas durante plantão ou em visitas domiciliares.

O Serviço Social de Grupo funcionou através de dois clubes infantís: "Clube dos Amigos do Lar", para crianças de terceiro e quarto e quinto anos; e Clube dos "Amigos das Plantas" para os menores de 1º e 2º ano. A fundação dos referidos clubes realizou-se no dia 21 de setembro, festa da árvores, com a posse das duas diretorias. Como preparação, os alunos trabalharam em composições escritas, leituras, poesias sôbre o tema "a árvore". Depois, trouxeram uma grande quantidade de plantas ornamentais com as quais organizaram uma exposição. Estiveram presentes à festinha de posse da diretoria o Sr. Secretário de Educação e Cultura que, mais uma vez, se dignou dirigir uma palavra de apôio e estímulo ao nosso trabalho bem como os pais dos alunos e outras pessoas do Bairro. Houve ainda o plantio de quatro árvores no pátio do Grupo.

Foram realizadas: Reuniões do "Amigos do lar".. 8
 " com pais e mestres . 3
 " com professoras 4
 dos "Amigos das Plan-
 tas" 9

Afim de interessar a Comunidade pelos problemas da Escola ajudámos a mobilizar o bairro, no sentido de obter a merenda escolar.

De 5 a 11 de dezembro, realizou-se a primeira Semana de Estudos sôbre o problema do Menor na Paraíba, sendo o Serviço Social Escolar convidado para colaborar na organização e realização da Semana. Participamos de diversas Mesas Redondas e fizemos uma palestra no rádio sôbre o tema "O Serviço Social Escolar em função do menor", ficando também como conclusão da mesma semana a colaboração do Serviço Social Escolar junto ao Serviço de Neuro - Psiquiatria Infantil.

1) MERENDA ESCOLAR

O Setor Estadual de Merenda Escolar, órgão subordinado ao Departamento de Educação, vem funcionando regularmente desde a sua instalação, a 12 de Julho do ano passado; e se expandindo em ritmo crescente.

Já pôs o Estado à disposição da Campanha R\$ 500.000, da qual foram gastos R\$ 200.000,00 destinados precipuamente, no ano recém-findo, além da distribuição de merenda - sua finalidade específica - na restauração da Colônia de Férias de Tambaú, para alunos dos Grupos Escolares e Escolas primárias do interior. Damos a seguir os dados referentes à distribuição de merenda:

	Agosto	set ^a	out ^a	nov ^a	Total
Nº de escolares atendidos..	2 634	1 407	3.413	1 641	9 095
Nº de merendas distribuídas	22 449	59 109	93 464	93 294	268 316
Nº de escolas na Capital...	9	9	9	8	35
Nº de escolas no Interior..	-	1	18	15	34
Nº de municípios atendidos.	1	1	4	1	7

Movimento de entrada e saída de gêneros

(Leite recebido do Ministério)

a) 404 309,348 Kg. de leite em pó, vindo os mesmos acondicionados em 3 120 tambores e 283 barrís, tendo sido tomadas providências para o imediato aproveitamento de 29 489 864 Kgs., ameaçados / de deterioração.

b) Para as escolas incluídas no plano de distribuição foram enviados 16 897,488 Kg. tendo sido gastos pelas mesmas, 13 791,120 Kg. O restante ficou estocado.

c) Quantidade de leite existente no Setor, considerada/ imprestável, 6451,764 Kg.

d) Quantidade de leite distribuído em pó, em tambores abertos, às Casas de Caridade, 442,312 Kg.

e) Total da saída: - 23 791,564 Kg.

f) Total de leite existente no Setor para o próximo ano: 380 617,784 Kg. No total mencionado estão faltando os 1 000 tambores que foram emprestados ao Rio, conforme solicitação do Ministério, ao Sr. Secretário de Educação e Saúde.

Em virtude da grande quantidade de tambores avariados, / foram condenados por uma junta médica 6 451,784 Kg. de leite em pó.

g) Em estoque - 380 617,784 Kg.

Despesa realizada com aquisição de açúcar

Quantidade comprada.....	130 sacos	importando em	046.956,00
Quantidade gasta.....	61 "	" "	20.836,00
Em estoque.....	69 "	" "	25.000,00

Visita de Inspeção

Todas as escolas da Capital e do Interior do Estado, tiveram visitas de inspeção da Supervisora, da Representante do Ministério, do Diretor do Departamento de Educação e outras autoridades:

Vale ressaltar as dificuldades que tiveram de ser vencidas para o êxito da Campanha, sobretudo na aquisição de féculas, preparo / de cantinas escolares, transporte do leite etc.; o eficiente trabalho desenvolvido pelas dirigentes da Campanha, sobretudo no sentido de atrair a cooperação particular, necessária ao êxito do Programa de Merenda Escolar.

j) I N S T I T U T O D O S C E G O S

O Instituto dos Cegos que tem à sua frente uma figura admirável pela dedicação social, D. Adalgiza Cunha, secundada por D. Naide Martins Ribeiro, é uma instituição das mais beneméritas da Paraíba, estendendo a sua influência a outros Estado.

Não podia deixar de prestar-lhe toda colaboração. A sua subvenção foi elevada de R\$ 12 000,00 para R\$ 30 000,00. Foi solucionado, o seu maior problema, a instalação d'água, feita pelo Governo. Cooperou êste, também, na conclusão do prédio, e na concessão de auxílios financeiros, dados parceladamente: R\$ 10 000,00, 25 000,00 além de outras. Foi pôsto à sua disposição um funcionário estadual; e uma professora, que realizou um curso de especialização no Rio, com ajuda do Estado. Ajuda estadual recebeu igualmente para realizar festas em benefício dos cegos.

INSTITUTO DE NEURO-PSIQUIATRIA INFANTIL

Foi concluído e equipado na minha administração, um pavilhão do Instituto de Neuro-Psiquiatria Infantil, cuja construção iniciada, havia alguns anos, encontrei paralizada.

Trata-se dum serviço tanto de saúde quanto a educação, e por qualquer dos ângulos que seja encarado, de maior importância. Clínica psico-pedagógica com o fim de tomar a criança anormal psíquica, por deficiência, apta a viver em sociedade e quando adulta, poder cuidar de sua subsistência e ser útil à comunidade.

I - Orientação: Consideradas pelos seus familiares ou professores "Crianças anormais", por qualquer que seja a deficiência, serão encaminhadas ao Instituto.

Feita a triagem e a devida identificação, serão levadas ao exame médico psico-somático.

Depois do exame das funções psíquicas, serão separadas em pequenos grupos (dez no máximo), levando em consideração a idade mental e quociente intelectual (QI).

De par com o aprendizado das letras, funcionarão diversas secções: desenho, modelagem, cartonagem, horticultura, enfim toda a sorte de trabalhos manuais compatíveis com esse tipo de criança. Passarão pelas diversas secções, onde serão registrados o aproveitamento e a tendência de cada um.

Haverá intervalo para recreação e merenda (sopa, leite frutas e legumes).

Haverá aulas de canto orfeônico e educação física dentro das possibilidades de cada um.

A instrução religiosa será cuidada, respeitando entre -

tanto a crença das famílias a que pertencem as crianças.

Um serviço organizado de Assistentes Sociais, estabelecerá o contacto entre o Instituto e as famílias das crianças matriculadas.

Observarão como se conduzem em casa e darão orientação quanto à maneira de serem eles tratados.

Funcionarão junto ao Instituto o Ambulatório de Higiene Mental do S.N.D.M. e a Clínica Odontológica.

À frente dos trabalhos de organização do Instituto se encontra uma médica especializada, a Dra. Maria de Lourdes Brito Pessoa, outrossim, encontram-se no Recife professoras primárias e alunos de medicina fazendo curso de especialização para serem, depois, aproveitados no InN.P.I. de João Pessoa.



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
DIVISÃO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

João Pessoa, Pb

1) EDUCAÇÃO CÍVICA E EDUCAÇÃO FÍSICA

I. EDUCAÇÃO CÍVICA - Desde 1951, vem sendo comemorada, com especial solenidade, no Dia da Pátria; valendo destacar a participação das escolas públicas na parada cívica, e a distribuição prévia, pelo Governo, de fardamento e calçados, o que aliás, permitiu a grande número de meninos, filhos de pais/sem recursos, frequentar a escola com a indumentária regularmente. Em 1955, foram dispensadas as crianças de escolas primárias de participar no desfile escolar, em virtude do excesso de esforço a que eram obrigados.

Em 1952, desfilaram, logo após os escolares/ e forças Armadas, as forças mecanizadas da produção constituída de tratores, camionetes, caminhões, arados, cultivadores e outras máquinas e instrumentos agrícolas.

II. EDUCAÇÃO FÍSICA - A Divisão de Educação Física conta, atualmente, com vinte e cinco monitores e sete professores com curso especializado da Escola Nacional ^{de Educação} Física e Desportos da Universidade do Brasil.

Além disso, foi criado, em 1951 o Curso de Emergência para a formação de Monitores de Educação Física (Dec. nº 332, de 27.VIII.951).

III. ESTÁDIO DE JOÃO PESSOA

Para a elaboração do plano e supervisão das obras do Estádio de João Pessoa, foi designada uma comissão composta dos Srns. Dr. Clovis Lima, (Presidente), Ten. Jamil Daher, Dr. Fernando Marinho e Dr. Francisco Nogueira.

A área adquirida, superior a 42.000 m² cus-



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
DIVISÃO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

João Pessoa, Pb

tou a importância de R\$ 1.000.000,00. Com a firma Jorge Spilberg e Carmelo Ruffo foram contratadas a murada e a fachada principal por R\$ 719.000,00.

Já foi realizada a 2ª concorrência para a construção da arquibancada com 7 metros de comprimento e 30 metros de área coberta.

O estádio deverá comportar 40.000 pessoas; e a arquibancada, 5.000. Neste, haverá 4 cabines para a imprensa/falada, 4 para a imprensa escrita e a tribuna de honra para as autoridades. Dois grandes túneis ligarão os vestiários com o gramado propriamente dito, possuindo, ainda, a referida área de desportos as seguintes seções: duas gerências, sendo uma para futebol e outra para os esportes amadoristas, bar, restaurante, enfermaria, Pronto Socorro, comissariado de polícia, serviço de informação, vestiários para clubes e juizes, sala de massagem, dormitórios (com capacidade para 40 camas cada um) e as rampas de subida. A arquibancada será coberta, enquanto que o gramado/não terá problema de esgotamento, desde que um bem planejado / sistema de irrigação com 6 postos será construído por baixo do campo.

Concluídas as obras, teremos um completo ginásio amadorista, com piscina, campos de volley e basket.

Deixo concluída a murada e a fachada principal. Todavia, desde o vulto das obras, só em setembro próximo o estádio, com todas as suas dependências, ficará concluído.



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

João Pessoa, Pb.

III) CONSELHO DE EDUCAÇÃO

Instituído em 1949 como órgão consultivo da Secretaria de Educação e Saúde, o Conselho de Educação teve existência efêmera. Foi restaurado em 1954, tendo-se em vista o papel que poderá desempenhar no conjunto das atividades educacionais desse departamento de Estado.

Em correspondência com a atual situação do ensino na Paraíba, foi proposta revisão na composição do Conselho, através de mensagem dirigida à Assembléia Legislativa. De acôrdo com o novo plano poderá êsse órgão da Secretaria de Educação articular-se com todos os graus e modalidades do ensino oficial.

Entre os trabalhos realizados com a cooperação do Conselho se destaca a elaboração do novo regimento interno dos Colégios Estaduais.



João Pessoa, Pb.

VII) CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Segundo exame feito nos dados referentes à Campanha de Educação de Adultos em todo o país, pode-se constatar a posição privilegiada que a Paraíba conquistou, graças à eficiência dos serviços mantidos no Estado.

Inicialmente, foi dada nova diretriz ao ensino supletivo, instituindo-se provas de seleção para o acesso aos seus quadros docentes - nisto figurando a Paraíba como exceção em todo o país.

Outrossim, fez-se a Paraíba representar em quatro Congressos Nacionais em um internacional - o 1º Congresso Inter-americano de Educação de base, realizada em São Paulo, em julho de 1954. Na ocasião, foi o nosso Estado a única unidade federativa escolhida para integrar a Delegação Federal junto àquele certame.

No ano em curso, a redução dos recursos orçamentários, p/ força da aplicação do Plano de Economia, e o ajustamento por imperativo de lei, das gratificações conferidas aos regentes dos cursos de ensino supletivo aos níveis de salário mínimo vigente nas respectivas Unidades da Federação, determinaram a diminuição de cerca de 40% do número de classes em funcionamento.

DADOS ESTATÍSTICOS

Nº de escolas em funcionamento.....	517
Nº de total de alunos.....	17 209
Nº de professores.....	517
Quantia recebida.....	₹ 716.800,00
Quantia a receber.....	537.600,00
Verba destinada aos CENTROS DE INICIAÇÃO PROFISIONAL.....	250.000,00
Abono de eficiência correspondente a 1952.....	1.550,00

FREQUÊNCIA POR MUNICÍPIO

Localidades	Nº de Escolas	Nº de Alunos
1 - A. Grande	11	311
2 - A. Nova.....	6	243
3 - Alagoinha.....	15	468
4 - Antenor Navarro.....	8	195
5 - Araruna.....	11	444
6 - Areia.....	14	392
7 - Aroeira.....	5	200
8 - Bananeiras.....	13	366
9 - Bonito de Santa Fé.....	5	112
10 - Brejo do Cruz.....	6	169
11 - Cabaceiras.....	6	156
12 - Caigara.....	18	666
13 - Cajazeiras.....	7	246
14 - Campina Grande.....	40	1 283
15 - Catolé do Rocha.....	9	271
16 - Conceição.....	7	146
17 - C. do Esp. Santo.....	8	242
18 - Cuité.....	3	141
19 - Esperança.....	6	218
20 - Guaxabira.....	23	818
21 - Ingá.....	6	213
22 - Itabaiana.....	10	390
23 - Itaporanga.....	8	313
24 - João Pessoa.....	49	1 286
25 - Malta.....	4	121
26 - Mamanguape.....	24	892
27 - Monteiro.....	8	242
28 - Patos.....	12	371
29 - Piancó.....	12	343
30 - Picuí.....	5	122
31 - Pilar.....	9	363

(Continua)

Localidade	Nº de Escolas	Nº de Alunos
32 - Pilões.....	4	193
33 - Pirpirituba.....	3	91
34 - Pocinhos.....	2	43
35 - Pombal.....	10	297
36 - Princesa Isabel.....	11	354
37 - Pedras de Fogo.....	3	112
38 - Santa Luzia.....	8	247
39 - Santa Rita	12	472
40 - São João do Cariri..	6	186
41 - S. José de Piranhas.	6	154
42 - Sapé.....	14	466
43 - Serraria.....	11	303
44 - Solânea.....	6	190
45 - Soledade.....	12	312
46 - Sousa.....	9	344
47 - Sumé.....	3	104
48 - Taperoá.....	9	351
49 - Teixeira.....	9	296
50 - Umbuzeiro.....	7	417
51 - Uiraúna.....	1	30
52 - São Mamede.....	3	104

Em face da criação da Divisão do Ensino Rural, Profissional e Supletivo, ficará este subordinado a outra organização.

CENTROS DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL

No ano em curso foi a Paraíba contemplada com mais um Centro de Iniciação Profissional que foi instalado no Município de Alagoinha. Existem, portanto, em funcionamento cinco Centros distribuídos do seguinte modo:

1 - Centro de Iniciação Profissional "São José" funcionando na Capital com os seguintes cursos.

Sapataria, (Apalazador), Arte Culinária e Alfaiataria.

2 - Centro de Iniciação Profissional "São José", funcionando em Cabedelo, compreendendo:

Sapataria, (Apalazador e Solador), Alfaiataria e Arte Culinária.

3 - Centro de Iniciação Profissional "Francisco Leandro", funcionando em Santa Luzia, (cursos):

Marcenaria, Dactilografia, Corte, Costura e Bordado, Prática de Escrituração Mercantil e Curso Domestico.

4 - Centro de Iniciação Profissional, funcionando em Areia, (cursos):

Trabalhos de Couro, Trabalhos de Madeira, Corte, Costura e Bordados.

5 - Centro de Iniciação Profissional, "Coronel Manuel Martins", funcionando em Alagoinha com:

Arte Culinária, Sapataria, Corte, Costura e Flores.

ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO: DOS CENTROS

Municípios	Nº de cursos	Freq. total de alunos	Prof.
Alagoinha	4	205	4
Areia	5	198	5
Cabedelo	4	159	4
Santa Luzia	5	91	5
Capital	4	100	4



João Pessoa, Pb.

VIII) EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

1) DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

Não podia o Governo alhear-se ao setor artístico, que se perdia na dispersão e no abandono. Apesar das possibilidades existentes e dos esforços fragmentários, empreendidos pela iniciativa particular, notava-se a falta de amparo oficial que, suscitando outras atividades ou revigorando as que já se faziam notar, abrisse / novas perspectivas às atividades artísticas na Paraíba.

Destarte, foram contratados pelo Governo técnicos encarregados do planejamento da educação artística do Estado, salientando-se entre eles os professores Gazzi de Sá e Ambrogina Soares de Sá. O plano então elaborado está consubstanciado na Lei nº 838, de 28 de novembro de 1952. A Divisão de Educação Artística, criada pela referida Lei, compreende os seguintes serviços Canto Orfeônico, Bandas / e Conjuntos Musicais, Dança, Teatro, Música e Artes Plásticas. O Conservatório de João Pessoa, é dirigido por uma professora que realizou, no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, curso de especialização e estágio para assumir essas funções.

Para que fosse o Conservatório reconhecido e oficializado, o Estado tomou as devidas providências no sentido da formação ao seu corpo docente, tendo enviado cinco professoras, como bolsistas, para o Conservatório Nacional, quatro delas já tendo concluído o curso.

A Escola de Música "Antenor Navarro", particular, foi oficializada pelo decreto que organiza a Divisão Artística, ficando com a mesma Diretora desta, a Profª. Luzia Simões Bartolini.

Para essa Escola foram contratados os professores Gazzi de

Para a Escola de Música "Antenor Navarro", também dirigida pela Profª Luzia Simões Bartolini, contratou os professores Gazzi de Sá para piano, Asdrubal Lima para canto, Rino Visani para violino e viola. Em 1 955 contratou ainda Juarez Johnson para violoncelo e contrabaixo, José Ferreira Marinho para instrumentos de sôpro, Maria Lydia Carvalho Athayde, Orlandina Barbosa Rangel, Elza Cunha Medeiros e Terezinha de Lourdes Avelar, para piano.

O seu movimento escolar pode ser apreciado através dos seguintes dados: matrículas em 1 953, 1 954 e 1 955; 169, 145 e 185 alunos.

Todos os seus alunos de instrumentos são obrigados a frequentar os cursos de Teoria e Solfejo, e se distribuem por 4 classes: Inicial, Classe A, Classe B e Classe C. Tanto a "Escola de Música como o Conservatório de Canto Orfeônico vem funcionando em prédio cedido pelo Governo do Estado que também, o aparelhou demobilário e equipamento necessário.

Há pouco solicitou o Governo da Assembléia Legislativa fosse autorizada a doação do prédio, para que a Escola ali fique definitivamente instalada.

Várias audições têm sido realizadas pela Escola de Música e Conservatório de Canto Orfeônico, inclusive como parte dos programas do "Mês de Arte e Cultura".

2) - PROFESSORES DE CANTO ORFEÔNICO

No início de minha administração, havia apenas dois professores de Canto Orfeônico, na Capital. Foi então criado um Curso de Emergência, em 1 951 em que se inscreveram 48 candidatas, tendo concluído 35. Visando o Grupo Escolar do interior, foi organizado novo Curso de Emergência, em 1 952, com 22 candidatos inscritos e aprovados.

Destarte, ficaram providas as cadeiras de Canto Orfeônico dos Grupos Escolares da Capital, e da parte dos cuidados escolares do interior. Já em funcionamento o Conservatório de Canto Orfeônico, cuja verificação prévia foi, recentemente, autorizada pelo Ministério de Educação e Cultura se tornará fácil a formação de novas

équipes de professoras especializadas.

3) ORQUESTRA SINFÔNICA DA PARAÍBA

A ORQUESTRA SINFÔNICA DA PARAÍBA organizou-se e sobrevive pelo apôio que lhe deu o meu Governo. Em 1955 foi-lhe concedidos dois auxílios, que somavam a quantia de R\$ 200 000,00, destinados ao seu aparelhamento geral e pagamento de cachet dos músicos e regentes.

Foi cumprido nesse último exercício, plano elaborado pela Secretaria de Educação, no sentido da incrementação da cultura artística junto aos estabelecimentos de ensino e ao povo. Foram realizados 10 concertos sinfônicos e 12 de música de câmara, as mais das vezes, precedidas de comentário de ordem histórica e técnica, relacionado com o programa a ser executado.

4) TEMPORADAS E ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS E

EXPOSIÇÕES

Graças ao empenho do Governo, através da Secretaria de Educação, foi possível a vinda à Paraíba do Ballet do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, que realizou três espetáculos no Teatro Santa Rosa; e do excelente coral "La Faluche", da Universidade Católica de Paris.

No Teatro foram ainda realizados, sob os auspícios da Sociedade dos Amigos da Música, seis audições, com Sebastião Benda, pianista suíço; Maria Dolores, bailarina espanhola; João Fernandes, pianista pernambucano; Clara Petraglia, cantora floclorista e Odonosof, celista, polonês. Também estiveram na Paraíba o Teatro de Amadores de Pernambuco e outras companhias teatrais.

Foi realizada em João Pessoa a grande exposição artística "Um século da Pintura Brasileira", organizada pelo Ministério da Educação e Cultura. Destinava-se unicamente às capitais de Salvador e Recife. O Chefe do Executivo conseguiu do Ministro Simões Filho que

a referida exposição se estendesse a João Pessoa, o que aconteceu / com grande brilhantismo. Foram expostos 40 trabalhos de reconhecido valor artístico, pertencentes ao Museu Nacional, entre os quais quadros de Pedro Américo, Amoêdo e Cândido Portinari. Realizaram-se ainda outras exposições, como as de fotografias da cachoeira de Paulo Afonso, praias da Paraíba, de artes aplicadas, etc.

O meu governo deu todo o apóio ao Teatro do Estudante e o Teatro de Amadores da Paraíba, inclusive financiando as principais despesas para a confecção de cenários; conseguiu a vinda a esta Capital do Teatro do Estudante do Brasil, dirigido pelo Escritor Paschoal Carlos Magno, que encenou no Teatro Santa Rosa, peças de grande valor artístico, como "Antígona", "Romeu e Juliêta", e outras obras do teatro classico. Quanto à Música, uma das grandes vocações dos paraibanos, foi dispensado igual carinho. Conseguiu o Governo a presença, nesta Capital, do Maestro Villa Lôbos, a maior glória da / música brasileira, tendo seu famoso Coral se exibido duas vezes no Teatro "Santa Rosa". O Maestro Vila Lobos, ao regressar ao Rio, apresentou circunstanciado relatório ao Ministro da Educação e Saúde, do qual constam as seguintes e honrosas expressões referentes à Paraíba: "Tenho a satisfação de aquí transmitir as impressões que golhi no desempenho do honroso encargo que V. Excia. me confiou na Excursão Artística a quatro Estados do Norte do Brasil. 1ª - João Pessoa. a) - Público e elite em boa formação, bem capazes de se tornarem o ideal de / público das artes nos Estados do Brasil; b) - Não encontrei elementos vocacionais aproveitáveis para instrumento de sôpro; c) - Essa cidade é felicissima em possuir um Chefe de Governo com perfeita inclinação e compreensão artísticas, interessando-se vivamente pelo problemas educacionais de Arte, sobretudo pela musicalização da juventude paraibana. Seria de grande alcance, para a consolidação da propaganda da Arte Brasileira, nos Estados do Norte, se o Ministério da Educação e Saúde divulgasse por todo o Brasil o exemplo daquele illustre Governador, que prestigia com amor e convicção as honestas realizações de ar

te que transitam pelo Estado da Paraíba do Norte".



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

João Pessoa, Pb.

IX - TEATRO E RÁDIO

1) TEATRO SANTA ROSA

Teria dotado a Paraíba de novo teatro, se o Estado dispusesse de recursos suficientes. O Teatro Santa Rosa carecendo de espaço e de instalações adequadas, suscitava problemas, sobretudo por não oferecer condições à apresentação de grandes companhias. Não tendo sido possível a construção de novo prédio, encontrou o Governo a solução satisfatória com a ampliação da velha Casa de espetáculos, respeitado seu estilo arquitetônico. As obras, orçadas em R\$...... 1.500.000,00, dos quais perto de R\$.700.000,00 já foram dispendidos, já se encontram perto de conclusão.

Foram montados 24 camarotes de pinho de riga, tendo surgido enormes dificuldades para a aquisição dessa madeira, hoje bastante escassa. Uma parte foi recolhida das antigas construções e do próprio soalho do teatro. O centro da platéia teve a sua capacidade aumentada de 250 para 500 lugares. Foram aumentadas as dimensões da caixa do teatro e dos corredores laterais do palco; instalado perfeito serviço sanitário; construídos 24 camarins, em dois planos superpostos, contendo cada um, lavatório individual e adequada iluminação.

O soalho, de madeira de lei, concorrerá para a boa acústica. O sistema de iluminação se fará de acordo com o estilo do teatro.

O plano compreende também a construção de bar e confeitaria, na área contigua ao teatro.

2) RADIO TABAJARA

Na primeira mensagem, dirigida à Assembléia Legislativa (1.6.5), e tava contida, no seguinte tópicó, a situação da Rádio Tabajara: As atuais instalações da Radio Tabajara custaram ao Estado a importância de R\$ 1 833 573,00, da qual, até 31 de janeiro último, tinha sido paga a quantia de R\$ 716 786,60. Não obstante seu vultoso custo, a estação apresenta graves defeitos. A torre está condenada, tendo de ser substituída com urgência. Foi encontrada com um pessoal onerosíssimo e não dispunha praticamente de rendas para sua manutenção. Graças à compressão de despesas, reduziu-se de R\$ 11 264 90 a sua fôlha mensal. E sua renda industrial deu saldos nesta proporção: de fevereiro para março, R\$ 10 182 10; de março para abril, R\$ 20 652,00.

Todavia, logo foram organizados e ampliados os serviços, e gradativamente aparelhados.

A- DIVISÃO TÉCNICA

Possui atualmente, dois serviços: de transmissão e de gravação. No primeiro se incluem os transmissores, controles de estúdio, serviço de amplificação e oficina técnica.

Material adquirido para êsses serviços:

Transmissor: 1 transmissor de Ondas Tropicais de 1 kw, comprado a firma Produtos Elétricos Brasileiro pela importância de R\$ 550 000,00.

1 Torre de Emissão c/80 m. de altura, fornecida pela firma Cia Comercial e Industrial Rufino de Almeida S.A., do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 350 000,00.

2 Tôrres de Emissão para o Transmissor de Ondas Tropicais, com 30 m. de altura cada. (essas duas tôrres foram aparelhadas e montadas nesta capital por um técnico do Rio de Janeiro como o material aproveitado da antiga Torre, importando o serviço em \$ 25 000,00, o que representa uma economia sensível para um serviço dêsse porte.

Contrôles do Studio - 11 microfones no valor de \$... 50 000,00.

2 braços de pic-up modernos \$ 8 000,00 - Oficina Técnica - 1 Máquina Elétrica para enrolar transformadores, \$ 25 000,00.

1 Teste p/válvulas

1 " de continuidade

1 Regulador de voltagem de 500 watts

1 Maçarico elétrico

1 Jogo completo de acessórios p/ Of. Técnica Serviço de

Gravação - 1 Gravador de discos de acetato.

1 Gravador de fitas Phillips \$ 24 000,00

Serviço de Amplificação - 3 Serviços de Amplificação completos

1 Rádio p/contrôle de irradiação externa

1 Rádio portátil p/ irradiação externa

1 Carro aparelhado p/ irradiação por FM

1 Transmissor de F.M., ultimo modelo Cr..

50 000,00, inclusive montagem.

2 - O U T R A S D E S P E S A S

Compra de 7 válvulas 892 r., à razão de \$ 38 000,00 cada uma, válvulas diversas, agulhas de safira, projetores de som, etc.

b - D I V I S Ã O A R T Í S T I C A

Para atender à sua finalidade, tem a Rádio Tabajara apresentado broadcasts variados, constantes de novelas, programas in-

fantis, educativos, jornais falados e esportivos, cobertura completa de todos os acontecimentos de ordem cultural e educacional registrados nesta Capital.

Dispõe o cast dessa Divisão do seguinte material : conjunto Regional, conjunto de cordas para divulgação de música erudita, orquestra das mais renomadas do Nordeste, tanto que tem recebido convites para apresentar-se em vários Estados.

Outro fato que revela o novo surto de vitalidade da Rádio, é a vinda à Paraíba de famosos artistas nacionais e internacionais, em condições que pareciam superiores às nossas possibilidades: Tomx Dorsey e Orquestra, Agustín Lara e orq., Orquestra Los Estudiantes, Layto de Castro e Orq., Miguel Caló e orq., Waldir Calmon e Orq., Orquestra de Ary Barroso, Orquestra Casino de Sevilha, Frei José Mojica, Carlos Ramirez, Josephine Baker , Gregório Barrios, Dajos Bella, Eva Garza, Dolly Sisters, Los Cu-manheros, Dalva de Oliveira, Angela Maria, Emilinha Borba, Doris Monteiro, Luiz Gonzaga e inúmeros outros cartazes do Rádio, Televisão e Teatro Nacionais e internacionais.

Para a Divisão Artística adquiriu esta Direção 1 Piano meia calda marca Caveau de fabricação francesa, dois pistons de fabricação inglesa, dois violões, afóra outros instrumentos musicais reconicionados. Fornece esta Emissora, por conta de suas dotações, a título de ajuda a Orquestra Sinfônica da Paraíba, a importância de R\$ 15 000,00 mensais.

Discoteca - Ao assumir a Direção da Rádio Tabajara, dispunha a Discoteca, de cerca de 300 discos, inclusive alguns albuns colocados em lugares inadequados. Ocupa hoje em dia uma dependência própria, devidamente aparelhada, com serviço de fichário e estantes modêlos, contendo de 6 000 discos e 100 long playng no valor de R\$ 350 000,00. Para seus serviços foram confeccionadas 8 000,00 capas para discos em papel madeira com timbre da Rádio, 20 mil fichas de cartolina para identificação por gênero, intérprete e autor, uma máquina de escrever, 2 bureaux, 1 fichário de aço, 4 estantes, 1 passa discos, 40 albuns p/discos de 12" ,

8 albuns de discos infantis.

c - DIVISÃO COMERCIAL

Estava antes reduzida a uma mesa e uma máquina de escrever desgastada; hoje compõe-se de moderno conjunto, instalado ampla sala apropriada, acrescidas das dependências: tesouraria, escritório e gabinete do diretor. Móveis inteiramente novos e uniformizados, confeccionados em sucupira, paredes revestidas de lambris na mesma madeira.

Material adquirido: 6 máquinas de escrever, 2 para o escritório e 4 para as demais divisões, 1 máquina de somar, 1 cofre de aço, 60 cadeiras para o auditório, 2 bancos em sucupira para a sala de espera; 1 geladeira e material para instalação de cantina.

d - REFORMA DO PRÉDIO

Com a finalidade de acomodar os departamentos desta Emissão, fazia-se necessário dotar o prédio de novas dependências. Foram construídas 1 escadaria com base de cimento armado, 1 cabine de gravação toda revestida de celotex, 1 sala para oficina técnica ampliação de uma sala de espera, construção de um salão para escritório comercial e gabinete, divisões para discoteca, musicoteca e Dep. Artístico, construção de uma sala para ensaio, construção de uma placa de cimento armado criando nova dependência, reconstrução de outras, destinadas aos Serviços Sanitários, construção de um gabinete sanitário para senhoras, construção de uma fachada para o prédio com bilheteria, confecção de fôrro para salão do escritório; montagem completa da instalação elétrica, pintura do prédio a óleo e tinta d'água, construção da linha de som para o transmissor, numa extensão de 1 500 m., com posteação de cimento armado no total de 30 postes, construção da fachada do transmissor em cimento armado, entrada de carros, cerca de cem estacas de cimento armado, no total de 40 estacas, limpeza do prédio.

Isto vale dizer que não houve, uma reconstrução: pois a Rádio foi praticamente construída.

X) ATIVIDADES CULTURAIS

1) PRÊMIO LITERÁRIO

Foi instituído em 10.10.49 o Prêmio Augusto dos Anjos no valor de R\$ 40 000,00 com o fim de distinguir as melhores produções intelectuais da Província, na poesia, na ficção e no ensaio.

Foi distribuído esse prêmio, pela primeira vez em 1953. Posteriormente, por iniciativa da Assembléia Legislativa, foram introduzidas alterações na lei que se instituiu essa

2) A INSTITUIÇÃO DO MÊS DE ARTE E CULTURA

Em 1954, foi realizado através da Secretaria de Educação, o "I Mês de Arte e Cultura", amplo movimento, que entre outros tinha como objetivos principais: focalizar e estimular as atividades artístico-culturais da província; pôr em relevo os aspectos e valores mais típicos da civilização e cultura do Nordeste; promover o intercâmbio com outros centros culturais do país; suscitar novas iniciativas, visando o progresso das letras e artes paraibanas e regionais; e realizar com intenso trabalho de educação popular, pondo o povo em contacto com todas as partes da cultura.

O "I Mês de Arte e Cultura" enseja a vinda à Paraíba de expressivas figuras do meio intelectual Nordestino, e ao mesmo tempo, uma grande parada artística que mobilizou todos os nossos valores e instituições culturais.

A repetição, neste ano, desse movimento, veio conferir-lhe um caráter quasi intitucional. Além da atuação de Centro de Artes Plásticas, e do Conservatório de Canto Orfeônico da Paraíba; ?

Vale assinalar: a exposição de livros de autores paraibanos, na Biblioteca Pública; a exposição retrospectiva de jornais paraibanos; a exposição de pintura e fotografia, com distribuição de prêmios; as demonstrações folclóricas com dansas e músicas; etc.

O fato mais importante, todavia do II Mês de Arte e Cultura, foi a realização do Curso de Introdução ao Estudo de Civilização Nordestina, o primeiro curso de extensão universitário realizado pela Universidade da Paraíba. Foi um valioso esforço no sentido da elucidação dos valores mais expressivos e característicos da civilização nordestina. Proferiram as conferências do curso seguintes escritores e estudiosos dos problemas regionais do Nordeste: José Antonio Gonçalves de Melo Netto, Waldemar Valente, Leon Clerot, Théo Brandão, Mauro Mota, Moacyr Albuquerque, Anibal Fernandes, Pe. Daniel Lima, Lauro Xavier, Amará Quintas, Câmara Cascudo, e Jordão Emerenciano.

Um dos resultados desse Curso foi a deliberação de ser realizado, dentro em breve, um Seminário de História da Paraíba, suscitar o interesse para que sejam retomados esses estudos com a extensão e profundidade que eles exigem.

B) "CULTURA FRANCESA"

Ao instalar a Faculdade de Filosofia da Paraíba, conseguiu a vinda do ilustre professor francês, para ministrar ali o Curso de Língua, Literatura francesa.

Outrossim, entrou o Governo em entendimento com a embaixada a Aliança Francesa, no sentido de aqui ser fundada uma secção de Cultura Francesa, o que foi obtido. O Estado alugou um prédio onde foram instaladas os cursos e reside o seu dirigente, a principio o prof. Francois-Luc-Charmont, e depois o seu substituto Pierre Gallice.

Um grande surto de progresso nos estudos de Língua e Literatura Francesa vem acompanhando os trabalhos realizados por esses professores.

Em virtude da colaboração que a esse esforço empresta o

meu Governo tive a honra de receber do Governo francês, por intermédio da sua Embaixada no Brasil, a Medalha de Chambord, com a qual costuma distinguir os que prestam serviços às letras e às artes.

4) DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA

Criada pela lei 726, de 4 de janeiro de 1952, destina-se essa Divisão a reunir todos os setores relacionados com as atividades artísticas e culturais do Governo, ou particulares que mereçam amparo oficial.

Todavia, a experiência desses problemas vem inspirando alterações diversas na organização inicial, as quais estão consubstanciadas em novo plano, enviado, em forma de ante-projeto, à Assembléa Legislativa.

5) CONFERÊNCIAS E PESQUISAS

Além das conferências realizadas, sob os auspícios da Secretaria de Educação, durante o Mês de Arte e Cultura, em 1954 e em Janeiro de 1956, várias outras foram aqui proferidas durante o meu período governamental: as do Prof. George Gurvitch, da Universidade de Sorbonne, nas Faculdades de Direito e Filosofia, a convite do Governo do Estado; o romancista André Chamson; os professores Jean Blondel francês, Afrânio Coutinho, Ruy Aires Bello, escritor Olivio MONTENEGRO, Pe. Daniel Lima e outros.

Várias conferências foram, também, realizadas nas diversas Faculdades do Estado e particulares.

O Prof. Jean Blondel, especialista em estudos sociais e políticos, e a quem nas referências linhas atrás, esteve por alguns meses na Paraíba, a convite do Governo do Estado, afim de realizar pesquisas de sociologia eleitoral, que depois reuniu e sistematizou em tese.

6) NOVOS ESTÍMULOS *Professores estrangeiros*

Compreendendo o Governo que a formação dum ambiente uni-

versitário na Paraíba, dependeria em grande parte, do concurso de elementos afeitos a mais ampla e perfeita experiência nêsse setor atraiu para as nossas Faculdades valores de outros centros do país, e sobretudo da Europa, destacando-se os professores Agostinho da Silva, da Faculdade Nacional de Lisboa; François Luc-Charment e Senhora, franceses; Mariano Feio, da Universidade de Lisboa ; Prof. Caprioglio, substituído na Faculdade de Filosofia pelo prof Dante Tomei, ambos italianos; Enrique Martinez, espanhol e

*) MOVIMENTO EDITORIALISTA

Estimulou o Governo, na medida de suas disponibilidades, a publicação de livros de autores paraibanos, Cooperou financeiramente na publicação do livro "Sociologia Evolucionista e Sociologia Cristã", do Mons. Pedro Anísio; concedeu os recursos necessários para a nova edição, atualizada, na "União", do livro do Professor José de Mello, Evolução do Ensino na Paraíba (R\$ 20 000,00); e para a publicação da Biografia de D. Adauto, do Cônego Francisco Lima (R\$ 60 000,00). Adquiriu grande número de exemplares da obra, sobre história da Paraíba, "Terra dos Tabajaras", da Dra. Eudésia Vieira, fazendo-os distribuir pelas escolas sancionou a lei que abriu o crédito de R\$ 100 000,00 para a publicação das obras inéditas do escritor Allyrio Meira Wanderley; além de outras iniciativas dêsse gênero.

Vale destacar a série de publicações feitas pela "A União", com as plaquetes: "Caminhos, Sombras e Ladeiras"; "Forma e Efeito das Migrações do Nordeste"; "AS Itacoatiaras do Ingá"; " O Direito e o Tempo"; e "A Medicina através dos tempos"; e mais ainda "Professores e Alunos" e "Atualidades de Direito".

CONGRESSOS

O 1º Congresso de Professores Secundários do Nordeste, realizado em 1952 em Campina Grande, contribuindo o Estado com a quantia de R\$ 40.000,00;

Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, (1 953), que centralizou as suas pesquisas nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia e Piancó. O Governo, além da ajuda de R\$ 50 000,00, deu-lhe todo apoio necessário;

Dois Congressos de estudantes universitários, foram igualmente prestigiados e auxiliados pelo Executivo Estadual;

A Convenção Agaveira, realizada em Agosto de 1 953 , sob os auspícios da Associação Comercial de João Pessoa, em cooperação com o Governo do Estado, visando o estudo de problemas relacionados com a produção e financiamento do agave, tendo o Estado contribuído com a importância de R\$ 60 000,00, inclusive para custeio da ida de uma delegação do Rio de Janeiro a fim de entender-se com o Presidente da República e o Ministro da Fazenda;

A XIII Assembléia Geral do Clube Esperantista Brasileiro contou com uma representação paraibana, que recebeu do Governo o auxílio de R\$ 10 000,00;

Conferência dos Governadores do Nordeste, realizada em Campina Grande, no mês de março, com o comparecimento dos Governadores Pedro Almendra de Freitas, do Piauí; Stênio Gomes, Vice Governador do Ceará, representando o Governador Raul Barbosa; Sylvio Pedrosa, do Rio Grande do Norte; Agamenon Magalhães, de Pernambuco; Arnon de Melo, de Alagoas, e o sr. Inácio Costa Filho, representante do Governador Régis Pacheco, da Bahia, além do Governador José Américo, Ministro João Cleophas, da pasta da Agricultura, Senadores Apolônio Seles e Landolfo Alves, Deputados Federais Oscar Carneiro, Paulo Sarasate, Sisefredo Pacheco, Jornalista Assis Chateaubriand e outras personalidades de relêvo.

2) COMEMORAÇÕES

Na passagem do cinquentenário do escritor paraibano José Lins do Rêgo, patrocinou o Estado as festas comemorativas realizadas, destacando-se a a inauguração do busto do ilustre homem de letras em Pilar, sua terra Natal ; tendo estado presen

tes vários intelectuais da Capital e Rio de Janeiro, hospedados pelo Estado. Tratava-se de justa homenagem ao escritor que é uma glória indiscutível da Paraíba, pela importância de sua obra e identificação com a sua terra e origem.

No 1º Centenário de D. Adauto, associou-se o Governo a todas as solenidades comemorativas, colaborando para o seu brilhantismo. Parte dessa colaboração é a concessão de auxílio para a publicação da "Biografia de D. Adauto", de Cônego Francisco Lima; já referida.

Para as comemorações do 1º Centenário da Fundação da cidade de Mamanguape, contribuiu o Governo do Estado, com a ajuda financeira de \$ 40 000,00, tendo participado o Chefe do Executivo e Auxiliares do Governo, das festas programadas.

O Instituto Histórico, e Geográfico da Paraíba, ao completar o 1º cinquentenário, recebeu do Estado o auxílio de \$ 150 000,00.

10) VISITANTES ILUSTRES

Além de destacadas figuras do cenário político e administrativo do país, Ministros de Estados, Governadores, Parlamentares, Chefes Militares, recebeu a Paraíba neste período prestes a extinguir-se a visita de inúmeros escritores, professores e intelectuais: ESCRITORES:

Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro - André Chamson - Jordão Emerenciano, Diretor do Arquivo Estadual de Pernambuco e catedrático da Universidade do Recife - Mauro Mota, Secretário do Diário de Pernambuco - Aderbal Jurema - Cesário de Melo - José Lins do Rêgo - José Simeão Leal - Milor Fernandes (Vão Gogo) - Waldemar Cavalcanti - Rubem Braga - Marques Rabello - Olívio Montenegro - Paulo Mendes Campos - Jorge Lacerda.

PROFESSORES

Professores

Prof. Georges Gurvitch, da Sorbonne - Prof. Celestino de Sousa, da Universidade de Lisboa - Prof. Jean Colomés, da Universidade de Bordeana - Prof. Léon Bourbon, da Universidade de

Toulouse - Prof. Dr. Joubert T. Barbosa, da Universidade do Brasil - Prof. Euclides da Silva Novo, da Universidade do Brasil, - Prof. Waldemar Valente, da Universidade do Recife - Prof. Romildo Torres, da Universidade do Recife - Prof. Eduardo Wanderley, da Universidade do Recife - Prof. Jorge Glasner da Universidade do Recife - Prof. Raymon Schille, da Universidade de Michigan, Illinois, E. U. - Prof. Amaro Quintas, da Universidade do Recife - Prof. Joaquim Amazonas, Reitor da Universidade do Recife -.

OUTRAS PERSONALIDADES ILUSTRES

Ministro Cunha Melo, do Tribunal de Contas - Sra. Eunice Weaver, Presidente da Sociedade de Assistência aos lázaros e Defesa Contra a Lepra - D. Abel Capelo Ribeiro, Arcebispo de Colás; Sr. Donald R. Sabin, da O.N.U. - Sr. Louis R. Scharp, da O.N.U. - Sr. Arthur Robinson, da O.N.U. - Sra. Gertrude Lutz, do F.I.S.I. - Príncipe D. João de Orlean e Bragança - Sr. Marquês de Segur - Dr. Paulo Wageler, da Comissão de Defesa Preventiva Contra as Sêcas - Prof. Paulo Carneiro, da U.N.E.S.C.O. - Sr. Vincent Espana, da Associação de Cultura Franco-Brasileira - Maestro Villa Lôbos, do Conservatório Nacional de Música - Sr. Arthur Wubing, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos - Sr. Philip Graeissener, da C.M.B.E.U. - Sr. Vânicus Berredo, da C.M.E.E.U. - Teatrólogo Paschoal Carlos Magno, do Teatro do Estudante do Brasil - Prof. René Pratt, emadrista internacional - Jornalista Anibal Fernandes, Diretor do "Diário de Pernambuco" - Dr. Regis Bittencourt, Diretor Geral do D.N.E.R. - Sr. Leo Lezotte, da Companhia Fairbanks, Morse, dos E.U.A. - Engenheiro W. Carey Johnson, Inspetor da Companhia Fairbanks Morse, dos E.U.A. - Sr. Charles Lacan, Diretor da "Expansion Mondiale, Industriale et Commerciale", da França - Desembargador Tomaz Salustino, do Rio Grande do Norte - Dr. Camilo Soares, do Ministério da Educação e Saúde - Dr. Benjamin Cabello, Presidente da C.O.F.A.P. - Dr. Mário Ritter Nunes, do I.B.C.E. - Dr. Onildo Leal, Diretor do Serviço Médico do I.A.P.C. - Dr. Motta Maia, do I.A.P.C. - Dr. Paulo Duarte, do Ministério da Educação e Saúde - Dr. Jarbas Peixoto, do I.A.P.C. - Dr. O;

car de Almeida Castro, do Ministério da Educação e Saúde - Dr. José Londres, Diretor do Serviço Médico da Armada - Jurista Tito de Rezende, do Ministério da Fazenda - Engenheiro Saturnino de Brito, - Sr. Inácio Costa Filho, da Bahia - Prof. Pereira Filho, introdutor da vacina B.C.G. no Brasil - Dr. Enrique La Roque, Presidente do I.A.P.C. - Prof. Adauto Botelho, Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais - Dr. José Eurico Dias Martins, Diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura - Dr. João Carlos da Silva Teles, Diretor do Instituto de Biotipologia Criminal de São Paulo - Sr. Dorval de Sousa Pinto, da Caixa Econômica Federal - Sr. Hans Tichauer, Diretor-Gerente da S/A Moínhos Rio Grande - Sr. Cecílio Marques, Presidente do I.A.P.T.E.C. - Prof. José Nunes Gouveia, da Fundação "Getúlio Vargas" - Prof. Albert Robaux, Diretor do Centro de Estudos Hidro-Geológicos de Marrocos - Prof. Robert Davée, do F.S.D.I. - Prof. Jean Blondel, Bolsista da Universidade de Paris - Sr. Francis Edward Townsend, Vice Cônsul dos Estados Unidos no Recife - Sr. Robert Riordan, do Consulado Americano no Recife - Prof. Ivesty Menezes e outros professores ruralistas de Fortaleza - Jornalista Oswaldo Alberto Giusti - Sr. D.C. Dunaway, Diretor da Esso Standard do Brasil - Sr. C.E. Nabuco de Araujo Júnior, da Esso Standard do Brasil - Sr. Plínio Catanhede, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo - Engenheiro Marcelo Pôrto, do C.N.P. - Dr. Arruda Câmara, Chefe do Serviço de "Economia Rural" - Prof. Dácio Rabello, Diretor do Instituto de Educação de Pernambuco - Frei Benevenuto Santa Cruz, do Serviço Social de São Paulo - Dr. Rodrigues Melo, do Serviço Social de São Paulo - Dr. Amílcar Barca Pellon, do Ministério da Educação e Saúde - Jornalista Carlos de Lacerda - Jurista Miguel Seabra Fagundes - Dr. Pedro Caldas da Cunha, do Departamento Nacional de Saúde - Dr. Altair Lôbo, do Departamento Nacional de Saúde - Dr. Oswaldo Barbosa, do Departamento Nacional da Criança - Mr. Albert Doherty, da "General Motors do Brasil" - Mr. J. Ware, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos - Agrônomo Lincoln Monteiro, do Ministério da Agricultura - Sr. João de Vasconcelos, da Confederação Nacional do

Comércio - Sr. Philip Greffet, Secretário das Associações de Cultura Franco-Brasileira - Sr. Lucien Pouessel, Adjunto à Embaixada Francesa na Capital da República - Jornalista João Belton Pyles, do Ceará - Dr. João Lobão Guimarães, Diretor do Hôrto "Santa Cruz" - Dr. Kurt Repsold, do Ministério da Agricultura - Prof. Jorge Mattieira - Jornalista Ulisses Marinho, Diretor da Imprensa Oficial de Alagoas - Pintor Cícero Dias - Caricaturista Rubens Diniz, Nilo Pereira - Théo Brandão - Waldemar Valente - Moacyr Albuquerque - Luiz da Câmara Cascudo.

Embaixadas estudantis de quasi todos os Estados brasileiros também estiveram na Paraíba, recebendo hospedagem ou outras formas de auxílio do Estado.

XI) OUTRAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS

1. BIBLIOTECA PÚBLICA

Em 1 952, salientei em Mensagem à Assembléia Legislativa, que fundada há quase um século, continuava a Biblioteca Pública desprovida da mais rudimentar organização. Sob o aspecto biblioteconômico, nenhum indício apresentava de tentativas anteriores para sua reforma. As instalações eram as mesmas de 1 856, quando foi fundada.

Em 1 951, o prédio foi restaurado e pintado. As instalações sanitárias e elétricas, substituídas totalmente. Os móveis que, na sua maioria estavam inutilizados, foram restaurados e envernizados. Foi organizada uma Secretaria para contrôlle do acervo. Com a cooperação da Diretoria do Patrimônio do Estado foi feito o inventário dos livros e demais pertences, que foram fichados em fichas duplas, num total de 16 000.

Observa-se que êsses melhoramentos foram realizados, apesar da redução de 75% feita no Orçamento do exercício de 1 950 e mantida no de 1 951.

Além disso, foram criadas:

Secção de Arquivo

Mapoteca

Secção de Coleções de jornais e revistas

Secção de livros didáticos

Secção de exposição permanente de livros

Secção de exposição permanente de quadros.

Sob a direção do técnico contratado pelo Governo realizou-se o Curso de Biblioteconomia, cujas aulas práticas foram dadas na Biblioteca Estadual. Além de estudante, funcionários e outras

pessoas residentes nesta Capital, participaram do Curso candidatos indicados pelas Prefeituras do Interior, como as de Areia, Sousa e Santa Luzia. Ao todo, foram aprovadas 17 candidatos. Por ocasião da conclusão do Curso o Chefe do Executivo facultou aos concluintes uma viagem de observação à Biblioteca Estadual de Pernambuco e à Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. O Curso de Biblioteconomia teve os melhores resultados, pelos ensinamentos ministrados, e a atuação dos que se especializavam na técnica bibliotecnômica de que tanto carecia o nosso meio. Dois dos candidatos aprovados já se encontram à frente de importantes bibliotecas locais, como as da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia.

A reforma projetada pelo técnico a que se fez referência linhas atrás, só foi concretizada parcialmente, objetivando, de modo especial, a classificação dos livros existentes. Mais de 4 000 volumes, correspondendo a um terço do acervo, foram classificados pelo sistema decimal de Dewey. Todas essas obras se encontram à disposição do público, em modernas estantes confeccionadas nas oficinas do Departamento de Obras Públicas.

Atendendo à falta de espaço do prédio atual, foi projetada pelo Governo a construção de novo edifício, o que não pôde ser levado a efeito por falta de disponibilidades do erário estadual. A exiguidade de espaço é a razão de não se ter feito a revisão de atualização do acervo.

Já recentemente, nos meses de Dezembro e Janeiro ultimo, foram adquiridos novos móveis. Tendo-se realizado nessa época, o II Mês de Arte e Cultura, a Biblioteca Pública participou do importante movimento, inaugurando exposições de livros de autores paraibanos, e de leis e Decretos estaduais; tendo outrossim, promovido comemorações do ^{II}centenário de Mozart com seletos programa musical.



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

João Pessoa, Pb.

3. JARDIM BOTANICO

Em terreno pertencente ao Estado, foi construído o Jardim Botânico da Paraíba, com o pavilhão principal em estilo colonial, e medindo 17,85 ms. de comprimento por 8 ms. de largura. É utilizado para museu herbário e secção de sementes. Trata-se de local muito a prazível, em plena mata do Buraquinho, oferecendo excelentes condições para a realização de estudos de botânica regional e desenvolver o gosto pelas coisas da natureza.

A ideia do Jardim Botânico, que vinha de Arruda Câmara, em 1810, encontrando depois receptividade no Governador Beaurepaire Rohan, em 1854, só vem a concretizar-se durante o meu governo, graças ao apoio que prestou à iniciativa, inclusive cedendo parte da propriedade "Buraquinho".



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

João Pessoa, Pb.

2. MUSEU DO ESTADO

A nova instituição cultural, inaugurada a 2 de Janeiro último, está sediada em prédio alugado pelo Estado e por ele totalmente reparado e equipado.

Não escapou à atual administração a necessidade de ser instituído na Paraíba, um Museu, destinado a recolher preciosos elementos de interesse científico, histórico e artístico, sobretudo de âmbito regional. Na formação do acervo e nas providências de instalação vale ressaltar a inteligente e infatigável cooperação do engenheiro Leon Clerot, que entre outras formas de colaboração, cedeu suas coleções particulares ao Museu; bem como a doação pelo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, de peças de valor histórico.

Do Palácio do Governo, cedido pelo Exmo. Sr. Governador, o Museu recebeu um quadro (paisagem) do grande pintor paraibano Aurelio de Figueiredo, irmão de Pedro Américo.

Do Departamento de Estradas de Rodagem, uma maquete do Estado da Paraíba na Escola de 1.250.000.

As coleções estão em grande parte classificadas, cientificamente, e distribuídas em mobiliário adequado. O Governo dispendeu a importância de cento e vinte mil cruzeiros nesses serviços.

O acervo do Museu Científico e Histórico até o momento é constituído por mais de três mil peças.

O Museu é misto: de História, de Arte, Científico e Folcklore, com as suas secções todas iniciadas.

A parte científica consiste em: Mineralogia, Paleontologia, Zoologia (Invertebrados marinhos), Entomologia, Antro

pologia, Arqueologia e Etnografia.

A secção de História está também iniciada com coleção de armas antigas, móveis históricos e outros objetos doados pelo Instituto Histórico.

* * * * *



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

João Pessoa, Pb.

XII) OUTROS AUXÍLIOS

Para a construção do Seminário Diocesano de Cajazeiras R\$ 200.000,00

Conselho Regional de Desportes:..... R\$ 64.900,00

Maternidade "Elpidio de Almeida":..... 320.000,00

Para o reequipamento do Pronto Socorro.. 600.000,00

Externato Diocesano São José, da Capital: 50.000,00

Juventude Operária Católica:..... 45.160,00

Posto de Saúde de Conceição:..... 60.000,00

A outras instituições, como a Sociedade de Assistência aos Lázaros, Federação Paraibana de Futebol, etc.:..... 46.900,00

Deixaram de figurar nessa relação, com algumas exceções, a subvenções e auxílios consignadas em orçamento.

Especialmente contemplado foi o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. A construção de sua sede própria, orçada em R\$ 930.000,00 conta com o auxílio estadual na importância de R\$ 350.000,00, a solenidade de inauguração a 29 de Janeiro último, assinalou o encerramento do "II Mês de Arte e Cultura" da Paraíba.